



CPFL Energias Renováveis S.A.

CNPJ nº 08.439.659/0001-50

Relatório da Administração

Senhores e senhoras acionistas,
Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da CPFL Energias Renováveis S.A. ("CPFL Renováveis" ou "Companhia") submete à apreciação dos senhores e senhoras acionistas e as demonstrações financeiras da Companhia, com o relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração os dados consolidados em relação ao exercício de 2024, exceto quando especificado de outra forma.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A CPFL Renováveis está entre os líderes no segmento de energia renovável, atuando nas quatro fontes: eólica, biomassa, hídrica, com pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) e centrais geradoras hidrelétricas (CGHs), usinas hidrelétricas (UHEs) e solar, totalizando uma capacidade instalada de 2.906 MW. Em 29 de abril de 2025, a CPFL Energia e a CPFL Geração comunicaram, por meio de Fato Relevante, que aprovaram em Assembleia Geral Extraordinária, a cisão parcial da CPFL Geração com a incorporação do novo líquido cindido para a CPFL Energia, nos termos dos artigos 267 e 229 da Lei das Sociedades por Ações ("Cisão Parcial" ou "Operação"), conforme previsto no "Protocolo e Justificação" da Cisão Parcial da CPFL Geração. Com a operação, ocorre a simplificação da estrutura societária e operacional do grupo, reduzindo os níveis de consolidação e os custos a eles relacionados, em linha com os interesses dos acionistas. Ao longo deste relatório serão apresentadas as informações mais relevantes do último exercício. Reconhecida por seus processos de gestão fundados na excelência operacional, a CPFL Renováveis e as empresas nas quais detém participação reafirmam o compromisso de ampliar sua capacidade de geração baseada em fontes limpas e renováveis, com investimentos considerados indispensáveis para o desenvolvimento sustentável das comunidades em que atua.

2. COMENTÁRIO SOBRE A CONJUNTURA

Ambiente macroeconômico

Nesse ano 2025 teve início em um ambiente de incerteza global, decorrente da nova administração de Donald Trump nos Estados Unidos e a adoção de três mudanças relevantes: imposição de tarifas de importação, endurecimento das regras de imigração e a aprovação de um orçamento federal com trajetória deficitária para os próximos anos. As tarifas representaram uma mudança na lógica tradicional do comércio americano, mas seu impacto foi menor do que o inicialmente esperado. Isso ocorreu devido ao recuo do governo em diversas medidas quando foram identificados impactos econômicos significativos. O tema também segue em disputa judicial e aguarda decisão da Suprema Corte sobre a legalidade do uso do instrumento de "emergência econômica". Outro fator que reduziu os impactos foi a antecipação de compras pelas empresas, para formação de estoques.

As mudanças recentes na política comercial e fiscal dos Estados Unidos elevaram a incerteza em relação ao desempenho do dólar no longo prazo, incentivando maior diversificação das reservas internacionais por parte de diversos bancos centrais. Esse movimento contribuiu para a valorização do ouro e para uma acomodação do valor da moeda norte americana. No campo monetário, o Federal Reserve reduziu a taxa básica de juros em 75 pontos-base diante da moderação do mercado de trabalho, passando a adotar postura de espera. A inflação dos Estados Unidos para o ano de 2025 fechou em 2,7%.

No Brasil, ao longo de 2025, foram mantidas e ampliadas iniciativas voltadas à sustentação da demanda doméstica, incluindo benefícios fiscais, reforço de programas sociais e expansão de linhas de crédito subsidiadas. Para conter os efeitos inflacionários dessas medidas, o Banco Central manteve a política monetária em nível restritivo. O resultado foi uma desaceleração moderada e heterogênea da atividade econômica, que seguiu operando com baixo nível de ociosidade. Setores mais sensíveis às condições de crédito registraram moderação, enquanto atividades relacionadas à renda, como grande parte do setor de serviços, mantiveram bom ritmo.

Nesse contexto, a taxa Selic foi elevada em 2,75 p.p. e permaneceu em 15% ao ano por um período prolongado. A expectativa inflacionária apresentou desaceleração moderada, mantendo-se mais próximas do teto do que do centro da meta do Banco Central. O IPCA encerrou 2025 em 4,3%, resultado inferior às projeções iniciais.

Esse resultado foi determinado pelo comportamento de Alimentação no domicílio e Bens industriais, influenciado por boas safras, efeitos temporários da gripe aviária (que reduziu exportações e ampliou oferta doméstica), impactos das tarifas impostas pelos Estados Unidos sobre carnes e café, além da apreciação do real, que ajudou a conter os preços de bens industriais após os aumentos registrados no primeiro quadrimestre, decorrentes da depreciação cambial do ano anterior. Por outro lado, o segmento de Serviços manteve variação próxima a 6% em termos anuais, acompanhando a evolução do mercado de trabalho e da atividade econômica.

3. DESEMPENHO OPERACIONAL

O ano de 2025 foi marcado por uma pior performance de nossos parques eólicos em relação a 2024, com uma redução de 6,8% na geração eólica, afetada pelo impacto do curtailment imposto pelo ONS, enquanto nossa disponibilidade permaneceu em um patamar elevado, de 93,3%. De forma geral, o cenário hidrológico desfavorável impactou negativamente as nossas usinas hídricas. O portfólio da CPFL Renováveis é de 2.906 MW de capacidade instalada em operação, compreendendo 2 UHEs (830 MW), 49 parques eólicos (1.390 MW), 46 PCHs e CGHs (500 MW), 4 usinas termelétricas a biomassa (185 MW) e 1 usina solar (1 MW). Estamos constantemente avaliando novas oportunidades para explorar investimentos em projetos de geração. Contamos com um portfólio de 4.399 MW de projetos em desenvolvimento para os próximos anos e finalizamos a PCH Lucia Cherobim, com 28,0 MW de capacidade instalada, localizada no estado do Paraná, com entrada em operação comercial em janeiro de 2025.

4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Recetta operacional

A recetta operacional bruta foi de R\$ 3.819 milhões em 2025, representando uma redução de 1,9% (R\$ 73 milhões). As deduções da recetta operacional foram de R\$ 261 milhões em 2025, aumento de 0,1% (R\$ 1 milhão). A recetta operacional líquida foi de R\$ 3.558 milhões em 2025, uma redução de 2,0% (R\$ 74 milhões).

Geração operacional de caixa (EBITDA)

A geração operacional de caixa (EBITDA) foi de R\$ 3.391 milhões em 2025, representando uma redução de 2,5% (R\$ 62 milhões), principalmente devido a (i) o aumento de 36,2% (R\$ 161 milhões) no custo com energia elétrica e encargos; (ii) a redução de 2,0% (R\$ 74 milhões) na recetta líquida. A redução de 23,2% (R\$ 168 milhões) no PMSO (despesas com pessoal, material, serviços de terceiros, outros custos/despesas operacionais e entidade de previdência privada) compensou parcialmente os efeitos anteriores, conforme abaixo:

- Aumento de 7,9% (R\$ 11 milhões) nas despesas com pessoal;
- Redução de 26,4% (R\$ 0,5 milhão) nas despesas com entidade de previdência privada;
- Aumento de 4,2% (R\$ 2 milhões) nas despesas com material;
- Redução de 12,1% (R\$ 93 milhões) nas despesas com serviços de terceiros; e
- Redução de 58,8% (R\$ 158 milhões) em outros custos/despesas operacionais.

Balanco patrimonial

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

ATIVO	Controladora		Consolidado		Nota
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	52.586	132.907	414.259	227.864
Títulos e valores mobiliários	6	19.623	14.949	398.777	343.417
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	223.600	205.679	433.622	444.081
Dividendos	12,3	6.782	7.136	-	-
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	9.942	9.072	13.528	19.449
Outros tributos a compensar	8	40.622	48.803	84.430	87.360
Derivativos	32,b	18.260	18.260	18.260	18.260
Estoque	20	20.685	20.719	67.441	63.767
Outros ativos	11	90.447	80.187	139.651	155.242
Total do circulante		464.287	535.712	1.551.708	1.357.440
Não circulante					
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	1.618	2.959	3.165	15.989
Coligadas, controladas e controladora	29	-	16.945	-	-
Depósitos judiciais	20	12.396	2.953	27.375	19.356
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	68.482	61.060	108.278	96.118
Outros tributos a compensar	8	75	-	3.705	3.542
Derivativos	32	39.232	2.126	39.232	2.126
Créditos fiscais diferidos	9	125.453	194.059	126.690	195.296
Arrendamentos	10	6.720	7.340	54.828	53.816
Outros ativos	11	35.690	24.265	55.575	106.247
Investimentos	12	5.638.828	5.953.964	91.677	103.596
Imobilizado	13	1.414.637	1.483.369	6.678.660	6.988.320
Intangível	14	529.090	578.784	1.659.472	1.819.751
Total do não circulante		7.871.821	8.272.924	8.848.657	9.406.167
Total do ativo		8.335.508	8.863.536	10.400.365	10.763.607

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Controladora		Consolidado		Nota
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	
Circulante					
Fornecedores	15	65.995	94.181	211.548	214.047
Empréstimos e financiamentos	16	63.732	117.784	79.508	133.727
Debitores	17	631.600	3.386	631.600	3.386
Imposto de previdência privada	18	7.963	7.963	7.963	7.963
Taxas regulamentares	12	72.315	64.013	72.843	64.596
Imposto de renda e contribuição social a recolher	19	127.442	127.368	159.721	156.472
Outros impostos, taxas e contribuições	19	26.451	28.638	37.416	41.653
Mútuos entre coligadas, controladas e controladora	29	79.192	-	133.610	123.372
Contas a pagar por aquisições	21	12.356	12.210	12.356	12.210
Dividendos a pagar	20	240.571	295.747	240.813	296.011
Provisões	2	-	5.153	12.699	-
Obrigações estimadas com pessoal	32	14.810	14.421	14.810	14.421
Derivativos	32	-	7.695	-	7.695
Ressarcimento	21	227.051	198.620	920.379	696.866
Arrendamentos	10	160	1.020	1.094	5.760
Outras contas a pagar	22	32.695	28.234	57.164	57.833
Total do circulante		1.602.363	999.023	2.586.008	1.845.254
Não circulante					
Fornecedores	15	7.734	7.791	8.027	20.075
Empréstimos e financiamentos	17	295.888	326.273	526.125	569.813
Debitores	17	324.933	313.277	324.822	313.277
Mútuos entre coligadas, controladas e controladora	29	1.355.096	2.104.917	1.355.096	2.104.917
Entidade de previdência privada	18	9.899	12.767	9.899	12.767
Imposto de renda e contribuição social a recolher	19	12.654	12.140	12.655	12.150
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	19	-	123	574	989
Créditos fiscais diferidos	9	38.484	377.273	377.273	413.000
Provisões	20	93.566	64.273	222.908	203.272
Derivativos	32	5.814	-	5.814	-
Provisão para patrimônio líquido negativo	12	19.513	67.818	-	-
Ressarcimento	21	9.516	9.070	197.122	150.013
Arrendamentos	10	6.720	7.340	64.777	63.477
Outras contas a pagar	22	5.568	3.121	7.224	4.775
Total do não circulante		2.139.470	2.921.570	3.125.493	3.878.521
Patrimônio líquido					
Capital social	23	2.632.292	2.632.292	2.632.292	2.632.292
Reserva de capital	23	590.189	590.189	590.189	590.189
Reserva de lucros	23	1.200.012	616.451	1.200.012	616.451
Dividendos	-	-	899.292	-	899.292
Resultado abrangente acumulado	-	171.182	204.719	171.182	204.719
Total do patrimônio líquido		4.593.675	4.942.943	4.593.675	4.942.943
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores	-	-	95.189	96.889	96.889
Total do patrimônio líquido		4.593.675	4.942.943	4.688.864	5.039.832
Total do passivo e do patrimônio líquido		8.335.508	8.863.536	10.400.365	10.763.607

Filosófico CPFL: realizamos 32 gravações em nosso estúdio e 1 gravação especial comemorativa em Juiz de Fora. Ao todo, ao longo de 2025, foram 143 exibições do programa na TV Cultura e 18 milhões de pessoas impactadas digitalmente.

Gestão de Recursos Humanos: em 2025, treinamos 645 colaboradores. Foram 20 mil horas treinadas.

7. PROGRAMA CPFL + DIVERSA

O Programa CPFL +Diversa reforça nosso compromisso com a construção de um ambiente de trabalho cada vez mais diverso, inclusivo e equitativo. Nosso propósito é avançar continuamente na consolidação de práticas de gestão que promovam respeito, pertencimento e oportunidades para que todas as pessoas possam prosperar. Para mais informações, acesse a nossa Norma de Diversidade, Equidade e Inclusão no site de Relacionamento com Investidores: www.cpfl.com.br/ri - Governança Corporativa - Estatutos Sociais - Códigos e Políticas - Códigos, Políticas e Regimentos - Diversidade, Equidade e Inclusão. Em conformidade com a Lei Federal nº 15.177/2025, informamos:

I - Quantidade e proporção de mulheres contratadas por níveis hierárquicos.

	2025		2024	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Diretoria	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Gerência	100,00%	0,00%	87,50%	12,50%
Chefia/Coordenação	75,00%	25,00%	75,76%	24,24%
Técnica/Supervisão	0,00%	0,00%	33,33%	66,67%
Administrativo	51,85%	48,15%	46,67%	53,33%
Operacional	91,49%	8,51%	92,06%	7,94%
Estagiários	71,43%	28,57%	70,00%	30,00%

II - Quantidade e proporção de mulheres que ocupam cargos de administração.

	2025		2024	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Diretoria	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Gerência	100,00%	0,00%	87,50%	12,50%
Chefia/Coordenação	75,00%	25,00%	75,76%	24,24%
Técnica/Supervisão	0,00%	0,00%	33,33%	66,67%
Administrativo	51,85%	48,15%	46,67%	53,33%
Operacional	91,49%	8,51%	92,06%	7,94%
Estagiários	71,43%	28,57%	70,00%	30,00%

III - Demonstrativo da remuneração fixa, variável e eventual, segregada por sexo, relativa a cargos ou funções similares.

	2025		2024	
	Salário-base	Remuneração total	Salário-base	Remuneração total
Diretoria	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Gerência	0,00%	0,00%	78,08%	95,17%
Chefia/Coordenação	101,99%	98,84%	107,69%	89,80%
Técnica/Supervisão	0,00%	0,00%	71,32%	71,11%
Administrativo	76,78%	63,18%	73,84%	72,35%
Operacional	108,15%	92,22%	104,82%	86,87%
Estagiários	90,31%	79,86%	0,00%	112,67%

6. AUDITORES INDEPENDENTES
A PriceWaterHouseCoopers Auditores Independentes ("PwC") foi contratada pela CPFL Renováveis para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia.

Referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a PwC prestou, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, e de revisão das informações intermediárias, os seguintes serviços:

- Natureza**
- Asseguração de *covenants* financeiros
 - Serviços de *compliance* tributário - Escrituração Contábil-Fiscal (ECF)
 - Revisão da ECD Contábil do ano calendário
 - A contratação dos auditores independentes, conforme estatuto social, é recomendada pelo Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia e compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a seleção ou destituição dos auditores independentes.
 - Em linha com o previsto pela Resolução CVM 162/22, a administração possui políticas e controles que tratam, dentre outros assuntos, sobre o porte da empresa de auditoria a ser contratada para fins de auditoria das demonstrações financeiras e sobre as regras de contratação de fornecedores para serviços de auditoria de natureza societária. Tal política, dentre outros pontos, tem como objetivo evitar a existência de conflitos de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes. Ademais, a PwC declarou à Administração que, em razão do escopo e dos processos executados, a prestação dos serviços supramencionados não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

9. AGRADECIMENTOS

A Administração da CPFL Renováveis agradece às empresas com as quais desenvolveu seus negócios, aos seus fornecedores e às comunidades em que atua, pela confiança depositada na Companhia no ano de 2025. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas.

A Administração
Ricardo Fernando Ferreira
Gerente de Serviços Financeiros - CRC 1SP321353/O-4
Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço <http://ri.cpfl.com.br>

Demonstração do Resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Recetta operacional líquida	20	1.740.898	1.610.231	3.557.591
Custo com serviços				
Custo com energia elétrica	26	(253.231)	(192.833)	(605.417)
Custo com operação		(214.227)	(207.329)	(803.025)
Depreciação e amortização		(139.086)	(141.818)	(497.134)
Outros custos com operação		(75.141)	(65.511)	(305.891)
Lucro operacional bruto		1.273.440	1.210.669	2.149.149
Despesas operacionais				
Despesas com vendas		(27)		

→ continuação

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CPFL Energias Renováveis S.A. ("CPFL Renováveis" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída com o objetivo de atuar como holding e explorar empreendimentos de geração de energia elétrica, tem como principais atividades: investir no capital social de sociedades no segmento de energia renováveis; identificar e desenvolver potenciais de geração de energia e explorar os referidos potenciais, incluindo a geração de energia elétrica; e comercializar energia elétrica gerada pelos empreendimentos detidos pela Companhia. A sede administrativa está localizada na Rua Jorge de Figueiredo Corrêa, 1.632, Jardim Professora Tarcília, Campinas - São Paulo. A Companhia possui participações diretas nas seguintes controladas e empreendimentos controlados em conjunto:

Empreendimento	Capacidade (MW)	Localização	Início da concessão ou outorga	
			concessão	Prazo concessão
Barra Grande	690,0	Anita Garibaldi (SC)/ Esmeralda (RS)	(ii)	(ii)
Chimay Empreendimentos e Participações Ltda. Companhia Hidroelétrica Figueirópolis S.A. CPFL Sul Centrais Elétricas Ltda.	38,1	Indiavaí (MT)	(iv)	(iv)
Energética Novo Horizonte Ltda. Jaydaijya Empreendimentos e Participações Ltda.	23,0	Grande do Sul (PR)	11/2002	05/2036
Lavrinha	39,5	(iv)	(iv)	(iv)
Ludesa Energética S.A.	30,0	São Miguel Arcajo (SP) Ipuacu (SC)	06/2013	Indeterminado
Mata Velha Energética Ltda. Mohini Empreendimentos e Participações Ltda.	24,0	Unai (MG)	05/2002	09/2032
Pinheirinho (i)	0,6	Monte Santo de Minas (MG)	08/2013	Indeterminado
Rio do Peixe (i)	18,1	São José do Rio Pardo (SP)	12/2012	12/2042
Santa Alice (i)	0,6	Rio Pardo (SP)	06/2013	Indeterminado
Santa Luzia Energética Ltda.	28,5	Chapeco (SC) São Miguel	12/2007	10/2049
São José (i)	0,8	Arcajo (SP)	06/2013	Indeterminado
São Sebastião (i)	0,7	Arceburgo (MG) Cavalcante e Minaçu (GO)	08/2013	Indeterminado
Serra da Mesa (vi)	1.275,0	Minaçu (GO)	11/2004	05/2046
SPE Alto Irani Energia S.A.	21,0	Xanxerê/ Arvoredo (SC)	10/2002	09/2035
SPE Arvoredo Energia S.A.	13,0	Arvoredo (SC)	11/2002	07/2044
SPE Barra da Paciência Energia Ltda.	23,0	Gonzaga (MG)	12/1999	03/2048
SPE Boa Vista 2 Energia Ltda.	29,9	Varginha (MG)	11/2015	05/2051
SPE Cherobim Energia Ltda.	28,0	Lapa (PR)	01/2019	01/2055
SPE Cocais Grande Energia Ltda.	10,0	Antonio Dias (MG)	12/1999	12/2042
SPE Corrente Grande Energia Ltda.	14,0	Gonzaga (MG)	01/2000	02/2048
SPE Ninho da Água Energia Ltda.	10,0	Deflém Inocência (MG) Frei Inocência/	12/1999	01/2048
SPE Paiol Energia Ltda.	20,0	Mathias Lobato (MG)	08/2002	03/2047
SPE Plano Alto Energia S.A.	16,0	Faxinal dos Guedes (SC)	11/2002	04/2041
SPE Salto Góes Energia Ltda.	20,0	Tangará (SC)	08/2010	03/2048
SPE São Gonçalo Energia Ltda.	11,0	São Gonçalo do Rio Abaixo (MG) Chale/	01/2000	06/2047
SPE Varginha Energia Ltda.	9,0	Mantimento (MG) Conceição do	12/1999	06/2046
SPE Várzea Alegre Energia Ltda.	7,5	Inapema (MG)	12/1999	03/2048
Turvinho (i)	0,8	São Miguel Arcajo (SP)	06/2013	Indeterminado

Geração de energia a partir de Biomassa

CPFL Bioenergia Ltda.	45,0	Prassunova (SP)	09/2009	08/2040
CPFL Bio Ester Ltda.	40,0	Cosmópolis (SP)	05/1999	06/2040
SPE Bio Alvorada Ltda.	50,0	Araporã (MG) São Carlos	10/2012	11/2043
SPE Bio Coopcana Ltda.	50,0	do Ivaí (PR)	02/2012	08/2043

Empreendimento	Capacidade (MW)	Localização	Início da concessão ou outorga	
			concessão	Prazo concessão
Atlântica I Parque Eólico Ltda.	30,0	Palmares (RS)	02/2011	07/2048
Atlântica II Parque Eólico Ltda.	30,0	Palmares (RS)	03/2011	03/2046
Atlântica IV Parque Eólico Ltda.	30,0	Palmares (RS)	03/2011	03/2046
Atlântica V Parque Eólico Ltda.	30,0	Palmares (RS)	03/2011	03/2046
Bons Ventos (i)	50,0	Aracati (CE)	03/2003	03/2033
Campo dos Ventos I Energias Renováveis Ltda.	25,2	João Câmara (RN)	03/2013	06/2046
Campo dos Ventos II Energias Renováveis Ltda.	30,0	João Câmara (RN)	04/2011	04/2046
Campo dos Ventos III Energias Renováveis Ltda.	25,2	João Câmara (RN)	03/2013	05/2046
Campo dos Ventos V Energias Renováveis Ltda.	25,2	Parazinho (RN)	03/2013	06/2046
Canoa Quebrada (i)	57,0	Aracati (CE)	12/2002	12/2032
DESA Eurus I Ltda	30,0	João Câmara (RN)	04/2011	04/2046
DESA Eurus III Ltda.	30,0	João Câmara (RN)	04/2011	04/2046
DESA Eurus dos Ventos I Ltda.	28,8	João Câmara (RN)	07/2010	07/2045
DESA Eurus dos Ventos II Ltda.	29,2	João Câmara (RN)	08/2016	06/2047
DESA Eurus dos Ventos III Ltda.	28,8	João Câmara (RN)	08/2016	08/2045
DESA Eurus dos Ventos IV Ltda.	28,8	João Câmara (RN)	08/2010	08/2045
DESA Eurus dos Ventos V Ltda.	28,8	João Câmara (RN)	07/2010	07/2045
DESA Eurus dos Ventos VI Ltda.	30,0	João Câmara (RN)	07/2010	07/2045
Enacel (i)	31,5	Aracati (CE)	11/2002	11/2032
Eólica Paracuru Geração Comercialização de Energia Ltda.	25,2	Paracuru (CE)	08/2002	11/2038
Eurus V I Energias Renováveis Ltda.	8,0	Parazinho (RN)	08/2010	08/2045
Icairaizinho (i)	54,6	Amontada (CE)	08/2002	08/2032
Pedra Cheirosa I Energia Ltda.	25,2	Itarema (CE)	08/2014	08/2049
Pedra Cheirosa II Energia Ltda.	23,1	Itarema (CE)	07/2014	07/2049
Praia Formosa (i)	10,0	Camocim (CE)	06/2002	06/2032
Rosa dos Ventos Geração e Comercialização de Energia Ltda.	13,7	Aracati (CE)	06/2002	06/2032
Santa Clara I Energias Renováveis Ltda.	30,0	Parazinho (RN)	07/2010	07/2045
Santa Clara II Energias Renováveis Ltda.	30,0	Parazinho (RN)	08/2010	08/2045
Santa Clara III Energias Renováveis Ltda.	30,0	Parazinho (RN)	07/2010	07/2045
Santa Clara IV Energias Renováveis Ltda.	30,0	Parazinho (RN)	07/2010	07/2045
Santa Clara V Energias Renováveis Ltda.	30,0	Parazinho (RN)	10/2010	10/2045
Santa Clara VI Energias Renováveis Ltda.	30,0	Parazinho (RN)	07/2010	07/2045
Santa Mônica Energias Renováveis Ltda.	29,4	Touros (RN)	04/2014	12/2046
Santa Úrsula Energias Renováveis Ltda.	27,3	Touros (RN)	03/2014	11/2046
São Benedito Energias Renováveis Ltda.	29,4	São Miguel do Gostoso (RN)	03/2014	08/2046
São Domingos Energias Renováveis Ltda.	25,2	Gostoso (RN)	03/2015	08/2046
SIF Cinc Energias Renováveis Ltda.	25,2	Berberibe (CE)	06/2002	01/2039
SPE Costa Branca Energia S.A.	20,7	João Câmara (RN)	10/2011	10/2046
SPE Costa das Dunas Energia S.A.	28,4	Touros (RN)	01/2019	01/2054
SPE Favela de Touros Energia S.A.	24,8	Touros (RN)	01/2019	01/2054
SPE Gameleira Energia Ltda.	17,7	Touros (RN)	01/2019	01/2054
SPE Figueira Branca Energia S.A.	10,6	Touros (RN)	01/2019	01/2054
SPE Juremas Energia S.A.	16,1	João Câmara (RN)	09/2011	09/2046
SPE Macacos Energia S.A.	20,7	João Câmara (RN)	09/2011	09/2046
SPE Preta Energia S.A.	20,7	João Câmara (RN)	10/2011	10/2046
Taliba Albatroz (i)	16,5	Amarante (CE)	12/2002	11/2038
Ventos de Santo Dimas Energias Renováveis Ltda.	29,4	São Miguel do Gostoso (RN)	03/2014	10/2046
Ventos de São Martinho Energias Renováveis Ltda.	14,7	Touros (RN)	03/2014	11/2046

Geração de energia fotovoltaica

SPE CPFL Solar 1 Energia S.A.	1,0	Campinas (SP)	-	-
-------------------------------	-----	---------------	---	---

i) Empreendimentos alocados na Holding da CPFL Renováveis; ii) A Usina de Barra Grande é um empreendimento controlado em conjunto com a Energética Barra Grande S.A. ("BAESA"), com participação de 25,01%, sendo esta uma sociedade por ações de capital fechado, que tem como objetivo construir, operar e explorar o aproveitamento hidrelétrico Barra Grande, localizado no Rio Pelotas, na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com potência instalada de 690MW. As três unidades geradoras, com capacidade de 230MW cada, entraram em operação comercial entre 2005 e 2006. O prazo de concessão se encerra em 2041, podendo ser prorrogada de acordo com as condições que o poder concedente estabelecer; iii) A CPFL Sul Centrais detém a exploração das seguintes usinas: Diamante em Nortelândia (MT), Andorinhas em Ituiú (RS), Guaporé em Guaporé (RS), Pirapó em Roque González (RS) e Salinho em Mulos Capões (RS); iv) A Companhia detém concessões de usinas no estado de São Paulo, através das seguintes empresas: i) Chimay com as usinas de Buritis em Buritizal, Capão Preto em São Carlos, Chibarro em Araquara, Dourados e Gavião Peixoto em Nupuranga, Esmerl em Patrocínio Paulista, Lencóis em Macatuba e São Joaquim em Guará; ii) Mohini com as usinas de Eloy Chaves e Pinhal em Espírito Santo do Pinhal, Jaqui em Pedreira, Monjilho em São Carlos e Socorro em Socorro; iii) Jaydaijya com as usinas de Americana em Americana, Salto Grande em Campinas, Santana em São Carlos e Três Saltos em Torrinha. 1.1. Sazonalidade: A receita operacional e os custos de geração de alguns segmentos da Companhia sofrem relevante impacto da sazonalidade ao longo de todo o ano e, em consequência, a geração de energia elétrica é mais favorável a geração das regiões Sudeste e Centro-Oeste no 1º e 4º trimestres, enquanto no Sul o período de chuvas favorece a geração no 2º e 3º trimestres. Além disto, os efeitos na contabilização das receitas das PCHs, CGHs e UHEs são consequência da garantia física de cada usina, sazonalizada, a qual é registrada na CCEE. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas pelo Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE"). A quantidade de energia gerada, acima ou abaixo da garantia física, é valorada através da Tarifa de Energia de Otimização ("TEO"), que cobre somente os custos de operação e manutenção da usina. Esta receita ou despesa adicional é contabilizada mensalmente para cada gerador. Por fim, como as usinas do MRE não gerem o somatório das garantias físicas, por condições hidrológicas desfavoráveis, todas as usinas rateiam a diferença valorada pelo Preço de Liquidação de Diferenças ("PLD"), este efeito é definido como *Generation Scaling Factor* ("GSF"). Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas não possuíam usinas fora do MRE. • Geração de energia a partir de Biomassa: a safra da cana-de-açúcar na região Sudeste inicia-se em abril e tem seu término previsto para novembro, em contrapartida na região Nordeste tem seu ciclo de produção entre agosto e março do ano posterior; • Geração de energia eólica: a menor velocidade média dos ventos no 1º semestre impacta diretamente nas quantidades de energia gerada. 1.2. Mudanças Climáticas: Como posicionamento frente às Mudanças Climáticas, a CPFL Energia declara seu compromisso com os objetivos do Acordo de Paris e com a necessidade de limitar o aumento da temperatura média global em 1,5°C, com a consequente redução e neutralização das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE). Anualmente, o Grupo realiza o Inventário de Emissões de GEE com base na metodologia GHG Protocol. Faz as medições e divulgação dos três escopos do inventário, sendo eles: • Escopo 1: Emissões diretas que pertencem ou são controladas pelo grupo; • Escopo 2: Emissões indiretas relacionadas a compra de energia elétrica e a perdas técnicas de distribuição e transmissão de energia; • Escopo 3: Emissões indiretas relacionadas à cadeia de valor. O Grupo considera em sua estratégia o Plano ESG 2030 (*Environmental, Social and Governance*), o qual demonstra as diretrizes de atuação para todos os negócios e orienta a realização de investimentos alinhados às tendências globais para o desenvolvimento sustentável. Na versão vigente em 2025, a estrutura do Plano considera três compromissos principais relacionados à descarbonização das operações: (i) Gerar energia 100% renovável até 2030; (ii) Ser carbono neutro a partir de 2025, reduzindo 56% das emissões dos escopos 1, 2 e 3 até 2030; (iii) Oferecer soluções de baixo carbono para nossos clientes, com metas anuais de receitas de IRECs (certificados internacionais de energia renovável) e de créditos de carbono. Para alcançar esforços de resiliência às mudanças climáticas foi divulgado em janeiro de 2025 com aplicabilidade a partir do mesmo ano, o plano que considera o compromisso de: Estabelecer planos de adaptação climática para os negócios de geração, transmissão e distribuição da CPFL, fortalecendo a resiliência de nossos ativos até 2030. Na publicação "Nossa jornada frente as mudanças climáticas" a CPFL divulga suas estratégias, os riscos e oportunidades para o Grupo, de acordo com a metodologia *Task Force for Climate-related Financial Disclosures* - TCFD (Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima). Adicionalmente, a cada ano também publicamos na plataforma global do *Carbon Disclosure Project* (CDP) nos questionários de mudanças climáticas e sustentabilidade, dando maior transparência para nossos públicos de interesse. 1.3. Neutralização em 2026 referente ao Inventário de GEE 2025. **Resiliência climática no setor elétrico e iniciativas do Grupo CPFL:** O setor elétrico é bastante afetado pelas mudanças climáticas. Alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, a CPFL Energia implementou o Plano ESG 2030 que inclui compromissos para a transição energética, a descarbonização e resiliência climática. Isso envolve identificar riscos e oportunidades com base na metodologia da Task Force for Climate-related Financial Disclosures (TCFD)

CPFL Energias Renováveis S.A. - CNPJ nº 08.439.659/0001-50

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

e ações de mitigação e adaptação, consolidadas na publicação "Nossa Jornada contra as Mudanças Climáticas", e na plataforma global do Carbon Disclosure Project (CDP), dando maior transparência para nossos públicos de interesse - ambos atualizados anualmente. Em 2025, avançamos de forma significativa na agenda climática com o desenvolvimento do nosso Plano Integrado de Adaptação Climática, que contempla as operações de geração, transmissão e distribuição da Companhia. Iniciamos o mapeamento dos riscos climáticos físicos que tem potencial de impacto nas atividades de transmissão. Na sequência, ampliaremos o estudo para incluir as operações de geração e distribuição. Esse processo também nos posiciona para atender às novas exigências regulatórias aplicáveis às companhias abertas no Brasil, conforme previsto na Resolução CVM nº 193. **Iniciativas específicas:** Segmento de geração: Foco em fontes renováveis e inovações para segurança de barragens e eficiência dos ativos, como a plataforma Hydro 4.0, que integra soluções digitais da indústria 4.0; a diversificação do portfólio e reatuação do GSF (*Generation Scaling Factor*). 1.3 **Gestão de crises:** O Grupo CPFL mantém um modelo estruturado de gestão de crises, formalizado em normativo corporativo, com o objetivo de estabelecer diretrizes para a identificação, avaliação e tratamento de eventos que possam impactar a continuidade dos negócios, o desempenho operacional, a situação financeira ou a reputação da Companhia. Esse modelo define critérios claros para o acionamento do Grupo de Crise, bem como papéis, responsabilidades e fluxos decisórios. O Grupo CPFL mantém níveis de gravidade e de impacto. O Grupo Crise é responsável pela avaliação de eventos anormais, pelo monitoramento de fatores de risco e pela coordenação das ações necessárias à mitigação de impactos em situações classificadas como crise. Sua composição é definida conforme a natureza e a criticidade do evento, podendo envolver membros permanentes e participantes adicionados a medida da necessidade, assegurando abordagem multidisciplinar e adequada aos riscos identificados. O processo de gestão inicia-se com a classificação da ocorrência, incluindo a determinação de sua natureza e do nível de gravidade (Níveis I, II ou III). Essa análise considera, de forma integrada, os impactos potenciais e efetivos sobre pessoas, comunidades, meio ambiente, operações, segurança patrimonial, aspectos financeiros, regulatórios e reputacionais, bem como eventuais reflexos sobre a continuidade das atividades do Grupo CPFL. Adicionalmente, são avaliados a abrangência e o potencial de repercussão da ocorrência junto à opinião pública e aos stakeholders, incluindo exposição em meios de comunicação e ambientes digitais, além da extensão geográfica do evento. Em função da complexidade e da diversificação das operações do Grupo CPFL, as crises podem apresentar demandas específicas, demandas de respostas prioritárias e de coordenação. A governança de crises do Grupo CPFL está integrada aos seus mecanismos de gestão de riscos, controles internos e planos de continuidade de negócios, assegurando que as decisões adotadas durante situações críticas sejam pautadas por critérios técnicos, disciplina de governança, rastreabilidade das ações e foco na preservação do valor econômico e institucional da Companhia. 1.4 **Capital circulante líquido negativo:** Em 31 de Dezembro de 2025, a Companhia apresentou nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas o capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 1.138.076 e R\$ 1.034.300, sendo que foi aprovado o plano de financiamento anual para suportar eventuais necessidades de caixa. O Grupo tempestivamente monitora o capital circulante líquido e, sua geração de caixa para quitar suas dívidas, entre elas os dividendos, bem como as projeções de fluxo de caixa, suportam e viabilizam o plano de redução ou reversão desse capital circulante líquido.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação: As demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC Interpretations) e também estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A Companhia e suas controladas ("Grupo") também se utilizam das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro ("MCSB") e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão do Grupo. A autorização para a emissão dessas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 23 de fevereiro de 2026 e aprovadas pelo conselho de Administração em 4 de março de 2026. 2.2 **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 32 de Instrumentos Financeiros. 2.3 **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, as estimativas contábeis podem divergir dos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos dessas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva. As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a maiores graus de incertezas e que possuem um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas mudem, são as seguintes: • Nota 7 - Instrumentos Financeiros: As demonstrações financeiras individuais e as demonstrações financeiras consolidadas são preparadas com base em balanços patrimoniais, concessionárias e permissionárias (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: sendo as principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada); • Nota 9 - Créditos e débitos fiscais diferidos (reconhecimento de ativos: disponibilidade de fluxo tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados); • Nota 11 - Outros ativos (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada); • Nota 13 - Imobilizado (aplicação das vidas úteis estimadas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis); • Nota 14 - Intangível (principais premissas em relação aos valores recuperáveis); • Nota 17 - Empréstimos e financiamentos (principais premissas para determinação do valor justo); • Nota 18 - Entidade de previdência privada (principais premissas atuárias na mensuração de obrigações de benefícios definidos); • Nota 20 - Provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e depósitos judiciais (reconhecimento e mensuração; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos); e • Nota 32 - Instrumentos Financeiros: Os ativos (principais premissas para determinação do valor justo). Adicionalmente a Administração exerce julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas na mensuração do passivo de arrendamento, como a determinação do prazo dos vários contratos de arrendamentos, das taxas de desconto, da determinação dos contratos que estão no escopo da norma e, dos impactos que eventuais alterações nas premissas associadas aos julgamentos e estimativas adotados pela companhia e suas controladas. 2.4 **Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real, e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. 2.5 **Informações por segmento:** Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades operacionais através das quais geram receitas e incorrem em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas. A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas com o objetivo de fornecer informações relevantes sobre a geração de caixa de ativos operacionais, concessionárias e permissionárias (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: sendo as principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada); • Nota 9 - Créditos e débitos fiscais diferidos (reconhecimento de ativos: disponibilidade de fluxo tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados); • Nota 11 - Outros ativos (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada); • Nota 13 - Imobilizado (aplicação das vidas úteis estimadas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis); • Nota 14 - Intangível (principais premissas em relação aos valores recuperáveis); • Nota 17 - Empréstimos e financiamentos (principais premissas para determinação do valor justo); • Nota 18 - Entidade de previdência privada (principais premissas atuárias na mensuração de obrigações de benefícios definidos); • Nota 20 - Provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e depósitos judiciais (reconhecimento e mensuração; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos); e • Nota 32 - Instrumentos Financeiros: Os ativos (principais premissas para determinação do valor justo). Adicionalmente a Administração exerce julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas na mensuração do passivo de arrendamento, como a determinação do prazo dos vários contratos de arrendamentos, das taxas de desconto, da determinação dos contratos que estão no escopo da norma e, dos impactos que eventuais alterações nas premissas associadas aos julgamentos e estimativas adotados pela companhia e suas controladas. 2.4 **Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real, e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. 2.5 **Informações por segmento:** Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades operacionais através das quais geram receitas e incorrem em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas. A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas com o objetivo de fornecer informações relevantes sobre a geração de caixa de ativos operacionais, concessionárias e permissionárias (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: sendo as principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada); • Nota 9 - Créditos e débitos fiscais diferidos (reconhecimento de ativos: disponibilidade de fluxo tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados); • Nota 11 - Outros ativos (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada); • Nota 13 - Imobilizado (aplicação das vidas úteis estimadas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis); • Nota 14 - Intangível (principais premissas em relação aos valores recuperáveis); • Nota 17 - Empréstimos e financiamentos (principais premissas para determinação do valor justo); • Nota 18 - Entidade de previdência privada (principais premissas atuárias na mensuração de obrigações de benefícios definidos); • Nota 20 - Provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e depósitos judiciais (reconhecimento e mensuração; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos); e • Nota 32 - Instrumentos Financeiros: Os ativos (principais premissas para determinação do valor justo). Adicionalmente a Administração exerce julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas na mensuração do passivo de arrendamento, como a determinação do prazo dos vários contratos de arrendamentos, das taxas de desconto, da determinação dos contratos que estão no escopo da norma e, dos impactos que eventuais alterações nas premissas associadas aos julgamentos e estimativas adotados pela companhia e suas controladas. 2.4 **Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real, e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. 2.5 **Informações por segmento:** Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades operacionais através das quais geram receitas e incorrem em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas. A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas com o objetivo de fornecer informações relevantes sobre a geração de caixa de ativos operacionais, concessionárias e permissionárias (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: sendo as principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada); • Nota 9 - Créditos e débitos fiscais diferidos (reconhecimento de ativos: disponibilidade de fluxo tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados); • Nota 11 - Outros ativos (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada); • Nota 13 - Imobilizado (aplicação das vidas úteis estimadas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis); • Nota 14 - Intangível (principais premissas em relação aos valores recuperáveis); • Nota 17 - Empréstimos e financiamentos (principais premissas para determinação do valor justo); • Nota 18 - Entidade de previdência privada (principais premissas atuárias na mensuração de obrigações de benefícios definidos); • Nota 20 - Provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e depósitos judiciais (reconhecimento e mensuração; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos); e • Nota 32 - Instrumentos Financeiros: Os ativos (principais premissas para determinação do valor justo). Adicionalmente a Administração exerce julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas na mensuração do passivo de arrendamento, como a determinação do prazo dos vários contratos de arrendamentos, das taxas de desconto, da determinação dos contratos que estão no escopo da norma e, dos impactos que eventuais alterações nas premissas associadas aos julgamentos e estimativas adotados pela companhia e suas controladas. 2.4 **Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real, e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. 2.5 **Informações por segmento:** Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades operacionais através das quais geram receitas e incorrem em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas. A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas com o objetivo de fornecer informações relevantes sobre a geração de caixa de ativos operacionais, concessionárias e permissionárias (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: sendo as principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada); • Nota 9 - Créditos e débitos fiscais diferidos (reconhecimento de ativos: disponibilidade de fluxo tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados); • Nota 11 - Outros ativos (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada); • Nota 13 - Imobilizado (aplicação das vidas úteis estimadas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis); • Nota 14 - Intangível (principais premissas em relação aos valores recuperáveis); • Nota 17 - Empréstimos e financiamentos (principais premissas para determinação do valor justo); • Nota 18 - Entidade de previdência privada (principais premissas atuárias na mensuração de obrigações de benefícios definidos); • Nota 20 - Provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e depósitos judiciais (reconhecimento e mensuração; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos); e • Nota 32 - Instrumentos Financeiros: Os ativos (principais premissas para determinação do valor justo). Adicionalmente a Administração exerce julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas na mensuração do passivo de arrendamento, como a determinação do prazo dos vários contratos de arrendamentos, das taxas de desconto, da determinação dos contratos que estão no escopo da norma e, dos impactos que eventuais alterações nas premissas associ

→ continuação

CPFL Energias Renováveis S.A. - CNPJ nº 08.439.659/0001-50

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

reconhecidos em outros resultados abrangentes, conforme ocorrem. Os juros líquidos (receita ou despesa) são calculados aplicando à taxa de desconto no início do período ao valor líquido do passivo ou ativo de benefício definido. O registro de custos de períodos passados, quando aplicável, é efetuado imediatamente no resultado. Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de ativo, tal reconhecimento é realizado após a realização dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano.

3.12 Dividendos: De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir a parcela de lucro estabelecida no Estatuto Social como dividendo obrigatório, não podendo este ser inferior a 25% do lucro ajustado nos termos do inciso I do artigo 202 da Lei 6.404/76, ou se o Estatuto for omissivo, distribuir metade do lucro ajustado conforme mesmo inciso superadotado. Apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme regra a Lei 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras. Em 21 de maio de 2019, atualizada em 16 de dezembro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou uma Política de Dividendos que estabelece a distribuição do dividendo anual pela Companhia em, no mínimo, 50% do lucro líquido ajustado de acordo com a Lei 6.404/76. Esta política estabeleceu fatores que influenciarão nos valores das distribuições, tais como a condição financeira da Companhia, perspectivas futuras, condições macroeconômicas, revisões e reajustes tarifários, mudanças regulatórias e a estratégia de crescimento da Companhia. Também destaca que certas obrigações constantes dos contratos financeiros podem limitar o valor a ser distribuído. A política aprovada possui natureza meramente indicativa, com o objetivo de sinalizar ao mercado o tratamento que a Companhia pretende dispensar à distribuição de dividendos, possuindo, portanto, caráter prognóstico e não vinculativo à Companhia ou a seus órgãos sociais. Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete ao Conselho de Administração a declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários apurados através de balanço semestral. A declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários na data-base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida após a aprovação do Conselho de Administração em reunião após a data de deliberação do Conselho de Administração. Os juros sobre capital próprio recebidos em outro tratamento do dividendo e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado a débito no patrimônio líquido em contrapartida ao passivo no momento de sua deliberação, mesmo que ainda não aprovado, por atenderem o critério de obrigação no momento da proposição pela Administração.

3.13 Reconhecimento de receita: A receita operacional do curso normal das atividades das controladas é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O IFRS 15/CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) identificação do preço da transação e a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (iv) reconhecimento da receita e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

3.14 Imposto de Renda e Contribuição Social: As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais, e os decorrentes de contabilização inicial em combinação de negócios. O imposto corrente é imposto a pagar ou a receber/compartar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e para prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. Determinadas controladas registraram em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis, suportados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social. As controladas registraram, também, créditos fiscais referentes ao benefício dos intangíveis incorporados, os quais estão sendo amortizados linearmente pelo prazo remanescente de cada contrato de concessão. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensação entre os ativos fiscais correntes, e estes são relacionados às obrigações pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade à tributação. Contra-me-faço, a legislação tributária, determinadas controladas consolidadas optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido. A base de cálculo do imposto de renda e a contribuição social é calculada à razão de 8% no cálculo do imposto de renda e 12% no cálculo da contribuição sobre a receita bruta proveniente da venda de energia elétrica e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescidas do adicional de 10% para o imposto de renda, e de 9% para a contribuição social. Por esse motivo, essas controladas consolidadas não registraram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos e diferenças temporárias e não estão inseridas no contexto da não cumulatividade na apuração do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório anual e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.15 Resultado por ação: O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício dividido pelo número de ações em circulação e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuído aos acionistas controladores, ajustado pelos efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado do exercício e pela média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41/IAS 33.

3.16 Arrendamentos: Com a adoção do IFRS 16 (CPC 06 (R2)) - a Companhia passou a reconhecer um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de aluguéis que não foram pagos na data de transição, descontados usando a taxa incremental, uma taxa nominal fixa baseada no endividamento da Companhia. O prazo do arrendamento equivale ao período mínimo não cancelável dos contratos e a Companhia não adiciona ao prazo do arrendamento os períodos cobertos por uma opção de renovação, exceto nos casos em que a Companhia ou a contraparte tenha a opção de renovação de que a opção de renovação será exercida. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento e, quando aplicável, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados de forma antecipada, custos diretos iniciais incorridos, estimativas de custo para desmontagem e remoção e incentivos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente amortizado pelo mesmo método de depreciação/amortização aplicado para itens similares do ativo imobilizado e/ou intangível de direito de concessão (distribuidoras) e, se aplicável, também será reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A Companhia remensura o passivo de arrendamento se houver uma alteração no prazo do arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração no índice ou na taxa utilizada para determinar esses pagamentos, reconhecendo o valor da remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

3.17 Combinação de negócios: Combinações de negócios são registradas utilizando o método da aquisição quando o controle efetivo é adquirido. Os ativos e passivos reconhecidos são os ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data da aquisição. (i) Controladas e empreendimentos controlados em conjunto e coligadas: As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir. Para os empreendimentos controlados em conjunto (*joint venture*), este regime se dá por meio do método de equivalência patrimonial a partir do momento em que o controle compartilhado se inicia. As políticas contábeis das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto consideradas na consolidação e/ou equivalência patrimonial, conforme o caso, estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e de empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Nas demonstrações financeiras consolidadas, as informações dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. (ii) Demonstrações financeiras abrangentes: Os saldos e transações da Companhia e de suas controladas, Os saldos e transações de ativos, passivos, receitas e despesas foram consolidados integralmente para as controladas. Saldos e transações entre empresas da Companhia, e quaisquer receitas ou despesas derivadas destas transações são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas são eliminados na proporção da participação da Companhia na controlada, se aplicável. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. Para controladas, a parcela relativa aos acionistas não controladores está destacada no patrimônio líquido e nas demonstrações do resultado e resultado abrangente em cada exercício apresentado. Os saldos dos empreendimentos controlados em conjunto são bem como o valor da participação da Companhia em cada um deles. (iii) Aquisição de participação de acionistas não controladores: É registrada como transação entre acionistas. Consequentemente, nenhum ganho ou ágio é reconhecido como resultado de tal transação.

3.18 Base de consolidação: (i) Combinações de negócios: A Companhia mensura o ágio como o valor justo da contraprestação transferida incluindo o valor reconhecido de qualquer participação de não controladores na companhia adquirida, deduzido o valor justo reconhecido dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data da aquisição. (ii) Controladas e empreendimentos controlados em conjunto e coligadas: As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir. Para os empreendimentos controlados em conjunto (*joint venture*), este regime se dá por meio do método de equivalência patrimonial a partir do momento em que o controle compartilhado se inicia. As políticas contábeis das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto consideradas na consolidação e/ou equivalência patrimonial, conforme o caso, estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e de empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Nas demonstrações financeiras consolidadas, as informações dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. (iii) Demonstrações financeiras abrangentes: Os saldos e transações da Companhia e de suas controladas, Os saldos e transações de ativos, passivos, receitas e despesas foram consolidados integralmente para as controladas. Saldos e transações entre empresas da Companhia, e quaisquer receitas ou despesas derivadas destas transações são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas são eliminados na proporção da participação da Companhia na controlada, se aplicável. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. Para controladas, a parcela relativa aos acionistas não controladores está destacada no patrimônio líquido e nas demonstrações do resultado e resultado abrangente em cada exercício apresentado. Os saldos dos empreendimentos controlados em conjunto são bem como o valor da participação da Companhia em cada um deles. (iii) Aquisição de participação de acionistas não controladores: É registrada como transação entre acionistas. Consequentemente, nenhum ganho ou ágio é reconhecido como resultado de tal transação.

3.19 Mudanças nas principais políticas contábeis: No exercício corrente, a Companhia aplicou alterações às normas contábeis internacionais emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), bem como orientações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que se tornaram obrigatórias para períodos iniciais em ou após 1º de janeiro de 2025. A adoção dessas alterações não teve impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia. Entre as principais mudanças, destacam-se as alterações à IAS 21, que especificam como avaliar se uma moeda é conversível e como determinar a taxa de câmbio quando não for, e a adoção da orientação técnica OCPG 10, que estabelece diretrizes para o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO₂e), permissões de emissão (*allowances*) e créditos de descarbonização (CBI), das entidades atuantes no mercado brasileiro. Outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia. **3.20 Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Novas normas, emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025. A Companhia não adotou essas alterações de forma antecipada na preparação destas demonstrações financeiras: (a) **IFRS 18: Apresentação e divulgação nas Demonstrações Financeiras.** Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de despesas descontinuadas, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (*primary financial statements*) (PFS) e das notas explicativas. Além disso, o IFRS 18 trouxe alterações de escopo restrito ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. O Grupo está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas. (b) **IFRS 19: Subsidiárias sem responsabilidade pública: Divulgações.** Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período, uma entidade deve: (i) ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) - demonstrações consolidadas), (ii) não possuir títulos públicos e (iii) deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas publicadas em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. Baseada em uma análise preliminar, a companhia entende não estar abrangida no escopo dessa pronúncia. (c) **Alterações ao CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e Empreendimento controlado em conjunto e a ICPG 09 - Demonstrações contábeis individuais, Demonstrações separadas, Demonstrações consolidadas e Aplicação ao método de equivalência patrimonial.** Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R2) a Interpretação Técnica ICPG 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos

em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à normalmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. A ICPG 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-la a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. (d) **Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Contratos que referenciam energia provenientes de fontes renováveis:** A alteração visa esclarecer situações em que os Contratos de Energia Renovável podem ser aplicados/interpretados como instrumentos de Hedge. A norma exige a aplicação a contratos para compra ou venda de itens não financeiros que possam ser liquidados em dinheiro ou outros instrumentos financeiros, com exceção para contratos que foram firmados e continuam a serem mantidos com o propósito de realmente receber ou entregar o item não financeiro de acordo com as necessidades operacionais da entidade (referindo-se a contratos que têm a intenção de entrega física do item não financeiro). Esta alteração entra em vigor a partir de 01/01/2026. Neste vídeo, contanto que seus contratos de venda visem a entrega de energia e mantenham os preços definidos em contrato, e/ou os de compra para manter o lastro e cumprir contratos de venda já firmados, a Companhia poderá continuar a contabilizar esses contratos como contratos de compra e venda normais. Assim, com base nas análises preliminares realizadas pela Companhia, não se esperam impactos para a Companhia decorrentes destas alterações. (e) **Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS - Volume 11:** Em julho de 2024, o IASB emitiu alterações pontuais em normas como IFRS 1, IFRS 7, IFRS 9, IFRS 10 e IAS 7, com o objetivo de melhorar a consistência e clareza das normas. As alterações entram em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada. Não se espera impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

4. DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. A Companhia determinou o valor justo como o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória. - **Imobilizado:** O valor justo dos itens do ativo imobilizado é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado. - **Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais S.A. - ANBIMA (nota 32) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo bancários	247	10.991	1.019	18.984
Aplicações financeiras	52.339	121.916	413.240	208.880
Títulos de crédito privado (a)	3.097	1.883	6.284	41.616
Operações compromissadas em Debêntures (b)	31.102	118.870	38.314	140.555
Fundos de investimento (c)	18.140	1.163	368.642	26.709
Total	52.586	132.907	414.259	227.864

a) Saldos bancários disponíveis em conta corrente que são remunerados diariamente através de aplicações em Certificados de Depósitos Bancários ("CDB's") e remuneração de 30% da variação do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") (30% da variação do CDI em 31 de dezembro de 2024). b) Corresponde a operações de curto prazo em: (i) Certificados de Depósitos Bancários ("CDB's") e (ii) Operações Compromissadas em debêntures realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional. Todos com liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente na média de 9,8% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") para CDB e 96,88% para Operações Compromissadas (102,23% do CDI para CDB e 84,59% do CDI para Operações Compromissadas em 31 de dezembro de 2024). c) Representa valores aplicados em fundos, com alta liquidez e remuneração equivalente na média de 99,76% do CDI (99,50% do CDI em 31 de dezembro de 2024), tendo como características aplicações pós-fixadas em CDI lastreadas em títulos públicos federais, CDB's e debêntures compromissadas de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito e vencimento de curto prazo.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Títulos e valores mobiliários	19.623	14.949	398.777	343.417
Através de fundos de investimentos	19.623	14.949	398.777	343.417
Total	19.623	14.949	398.777	343.417

Em 31 de dezembro de 2025 representa valores aplicados em títulos de dívida pública e privada, Letra Financeira ("LF") e Letra Financeira do Tesouro ("LFT"), através de cotas de fundos de investimento, cuja remuneração equivalente, acumulada para 2025 é de 99,21% do CDI (99,50% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

7. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

	Controladora		Total	
	Vencidos	até 90 dias	2025	2024
Saldo vinctendos	1.618	-	1.618	2.959
Total	1.618	-	1.618	2.959

	Consolidado		Total	
	Vencidos	até 90 dias	2025	2024
Saldo vinctendos	1.618	-	1.618	2.959
Total	1.618	-	1.618	2.959

	Controladora		Consolidado	
	Vencidos	até 90 dias	2025	2024
Saldo vinctendos	1.618	-	1.618	2.959
Total	1.618	-	1.618	2.959

Circulante
Operações realizadas CCEE
Concessionárias e permissionárias
Total
21.001 1.645 - 22.646 13.854
197.451 1.347 2.183 200.981 191.885
218.452 2.992 2.183 223.627 205.739

PCLD
Total Circulante
Não Circulante
Operações realizadas CCEE
Total não circulante
1.618 - - 1.618 2.959
1.618 - - 1.618 2.959

	Controladora		Consolidado	
	Consumidores, concessionárias e permissionárias (Nota 11)	Outros ativos	Consumidores, concessionárias e permissionárias (Nota 11)	Outros ativos
Saldo em 31/12/2023	(46)	(352)	(399)	(343)
Reversão (Constituição) de provisão, líquida	(14)	321	307	(89)
Recuperação de receita	(335)	-	(335)	(438)
Baixa (Adições) de contas a receber provisionadas	335	-	335	(2.644)
Saldo em 31/12/2024	(60)	(31)	(91)	(31)
Reversão (Constituição) de provisão, líquida	33	11	44	295
Recuperação de receita	(70)	-	(70)	4
Baixa (Adições) de contas a receber provisionadas	(7)	-	(7)	(4)
Saldo em 31/12/2025	(20)	(20)	(47)	(3.219)
Total circulante	(27)	(20)	(47)	(20)
Total não circulante	-	-	-	(11.988)

8. TRIBUTOS A COMPENSAR

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Circulante	1	-	89	1.908
Antecipações de Contribuição social sobre lucro líquido ("CSLL")	-	-	-	-
Antecipações de Imposto sobre a renda das pessoas jurídicas ("IRPJ")	2	-	186	5.301
IRPJ e CSLL	9.939	9.072	13.253	12.240
IRPJ e CSLL a compensar (a)	9.942	9.072	13.258	19.449
Imposto sobre a renda retido na fonte ("IRRF") (b)	12.887	8.830	24.358	14.741
Imposto sobre a circulação de mercadorias e prestação de serviços ("ICMS")	-	-	5.692	6.201
Programa de integração social ("PIS")	5.380	7.778	9.915	11.931
Contribuição para financiamento da seguridade social ("COFINS") (c)	22.355	34.193	44.294	54.351
Outros	-	2	171	136
Outros tributos a compensar	40.622	48.803	84.430	87.360
Total circulante	50.564	57.875	97.958	106.809
Não Circulante	-	-	-	-
Antecipações de CSLL	7.512	6.744	12.885	10.140
Antecipações IRPJ	60.970	54.316	95.392	85.978
IRPJ e CSLL a compensar (a)	68.482	61.060	108.278	96.118
ICMS	75	-	3.352	3.216
PIS	75	-	353	326
Outros tributos a compensar	75	-	353	326
Total não circulante	68.557	61.060	111.983	99.680

(a) IRPJ e CSLL a compensar - refere-se a créditos tributários gerados por pagamentos efetuados a maior de acordo com o regime de lucro real e crédito base negativa de exercícios anteriores. (b) IRRF refere-se a retenções sobre aplicações financeiras, retenções de órgãos públicos e de Imposto de Renda retido sobre mútuos; que não dependem de decisões judiciais ou administrativas para que sejam utilizadas. (c) PIS e COFINS - Refere-se a créditos retidos na fonte por órgãos públicos sobre a venda de energia e créditos tomados sobre encargos, materiais, serviços; e sobre compra de energia.

9. CRÉDITOS E DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS

9.1 Composição dos créditos e débitos fiscais

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Crédito (Débito) de CSLL	104.967	127.328	104.967	127.328
Bases negativas	(72.830)	(77.310)	(172.457)	(186.395)
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	32.137	50.018	(67.490)	(59.067)
Crédito (Débito) de IRPJ	292.606	354.484	292.606	354.484
Prejuízos fiscais	3.015	4.309	3.015	4.308
Benefício fiscal do intangível incorporado	(202.304)	(214.752)	(478.719)	(517.435)
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	93.317	144.041	(183.098)	(158.643)
Total	125.453	194.059	(250.588)	(217.710)
Total crédito fiscal	125.453	194.059	126.690	195.296
Total débito fiscal	-	-	(377.278)	(413.006)

A expectativa de recuperação dos créditos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis, benefício fiscal do intangível incorporado e bases negativas e prejuízos fiscais, está baseada nas projeções de lucros tributáveis futuros. **9.2 Benefício fiscal do intangível incorporado:** Refere-se ao benefício fiscal calculado sobre os intang

CPFL Energias Renováveis S.A. - CNPJ nº 08.439.659/0001-50

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

12.1.1 Investimentos	Controladora										Controladora									
	Participação no Capital %	Participação patrimônio líquido 2025	Participação patrimônio líquido 2024	Resultado de equivalência patrimonial 2025	Resultado de equivalência patrimonial 2024	Provisão passivo descoberto	Aumento/Redução de capital 31/12/2024	Reestruturação societária	Amortização de juros capitalizados	Transferência	Equivalência patrimonial	AFAC	Dividendos 31/12/2025	Aumento/Redução de capital 31/12/2023	Reestruturação societária	Amortização de juros capitalizados	Transferência	Equivalência patrimonial	AFAC	Dividendos 31/12/2024
Alto Irani	100,00%	50.503	48.878	47.595	64.559	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aluruoca	100,00%	-	5.325	343	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arvoredo (b)	100,00%	77.931	78.921	14.510	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atlântica I	100,00%	47.821	57.250	12.095	14.909	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atlântica II	100,00%	45.273	53.980	14.985	14.457	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atlântica IV	100,00%	54.539	62.842	13.459	15.013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atlântica V	100,00%	58.723	68.431	12.642	14.706	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BAESA (c)	25,00%	91.027	102.883	(5.605)	(10.737)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixa Verde	95,00%	611	565	46	(5)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Barra da Paciência (b)	100,00%	80.438	77.580	7.858	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bio Alvorada	100,00%	103.069	100.533	2.536	2.884	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bio Coopcana	100,00%	105.852	110.910	12.798	12.174	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bio Ester	100,00%	69.148	89.320	7.352	29.815	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bio Formosa (a)	100,00%	-	52.397	8.014	3.301	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bio Ipê (a)	100,00%	-	14.760	871	1.789	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bioenergia	100,00%	35.550	44.209	2.402	16.159	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Boa Vista 2	100,00%	155.037	150.444	14.355	15.539	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cachoeira Grande (a)	100,00%	-	2.159	145	2.011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cajuero	95,00%	669	626	56	(25)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Campos dos Ventos I (b)	100,00%	100.312	121.176	3.446	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Campos dos Ventos II	100,00%	53.623	71.388	(4.676)	10.928	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Campos dos Ventos III (b)	100,00%	89.959	94.719	4.011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Campos dos Ventos V (b)	100,00%	95.473	92.085	2.740	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cherobim	100,00%	440.606	431.983	3.623	2.693	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Chimay Empreendimentos	100,00%	99.439	101.928	4.511	17.546	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cocais Grande (b)	100,00%	27.550	25.769	15.281	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Corrente Grande (b)	100,00%	64.585	70.115	2.471	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Costa Branca	95,00%	40.748	45.412	8.630	7.650	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Costa das Dunas	95,00%	65.985	72.642	(4.754)	1.953	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESA (b)	100,00%	-	150	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dobrevé	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Eólica Paracuru	100,00%	48.657	49.618	41.881	52.235	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Eurus I (b)	100,00%	31.539	34.155	(1.059)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Eurus III (b)	100,00%	31.053	35.348	(1.113)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Eurus VI	100,00%	10.647	9.611	1.308	262	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Farol de Touros	94,00%	60.288	62.019	(1.731)	1.013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Figueira Branca	100,00%	27.624	27.930	(306)	1.139	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Figueirópolis (b)	100,00%	94.661	107.526	33.477	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Gameleira	100,00%	36.990	39.865	(2.885)	1.196	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Jayaditya Empreendimentos	100,00%	38.717	38.692	2.025	25.896	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juremas	95,00%	26.539	23.595	8.547	5.011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ludesa (b)(d)	60,00%	52.516	53.083	32.251	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Macacos	95,00%	40.898	34.339	10.779	2.326	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mata Velha (b)	95,00%	118.148	125.978	10.393	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mohini Empreendimentos	100,00%	57.107	54.362	17.849	39.303	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Morro dos Ventos I (b)	100,00%	57.176	57.479	(304)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Morro dos Ventos II (b)	100,00%	59.358	58.366	3.304	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Morro dos Ventos III (b)	100,00%	41.305	42.631	4.617	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Morro dos Ventos IV (b)	100,00%	44.488	43.592	3.921	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Morro dos Ventos VI (b)	100,00%	58.508	58.727	9.338	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Morro dos Ventos IX (b)	100,00%	42.928	52.827	6.846	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Navegantes	95,00%	165	149	17	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ninho da Águia (b)	100,00%	40.562	41.066	1.496	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Novo Horizonte (b)	100,00%	104.213	106.987	3.668	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PaioI (b)	100,00%	68.250	65.074	12.176	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PCH Holding	-	-	-	-	161.189	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pedra Cheirosa I	100,00%	108.196	109.600	611	2.121	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pedra Cheirosa II	100,00%	99.993	99.893	957	901	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pedra Preta	95,00%	44.188	43.425	10.363	7.731	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano Alto	100,00%	36.297	40.374	36.610	51.166	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rosa dos Ventos	100,00%	52.667	53.319	26.451	25.238	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Salto Góes	100,00%	93.492	96.500	21.075	22.192	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Santa Clara I	100,00%	49.250	47.596	2.919	1.081	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Santa Clara II	100,00%	29.885	28.815	2.914	1.713	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Santa Clara III	100,00%	28.077	27.437	3.036	2.326	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Santa Clara IV	100,00%	30.797	28.712	2.929	734	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Santa Clara V	100,00%	28.702	27.587	2.741	1.565	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Santa Clara VI	100,00%	31.381	28.638	2.853	(598)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
São Gonçalo (b)	100,00%	48.289	44.407	3.882	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Santa Luzia	100,00%	165.524	162.418	33.877	29.759	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SIIF Cinco	100,00%	78.117	77.413	35.664	37.667	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Solar I	100,00%	1.286	1.219	67	179	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sul Centrais Elétricas	100,00%	27.645	26.793	852	6.730	-	-	-	-	-										

→ continuação

CPFL Energias Renováveis S.A. - CNPJ nº 08.439.659/0001-50

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. IMOBILIZADO

	Controladora							
	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso	Total
Saldo em 31/12/2023	18.887	181.423	195.703	856.595	190	1.190	298.972	1.552.960
Custo histórico	18.945	466.228	525.507	2.757.870	1.464	5.358	298.972	4.074.344
Depreciação acumulada	(58)	(284.805)	(329.804)	(1.901.275)	(1.274)	(4.168)	-	(2.521.384)
Adições	-	-	-	-	-	-	69.337	69.337
Baixas	-	(7)	(3.129)	(5.364)	-	-	(3)	(8.503)
Transferências	-	800	9.909	147.142	14.349	420	(163.583)	8.307
Depreciação	(2)	(12.466)	(14.938)	(116.992)	(1.953)	(196)	(146.547)	(146.547)
Baixa de depreciação	-	7	567	2.434	-	-	-	3.008
Incorporações	5.078	-	-	-	-	-	-	5.078
Saldo em 31/12/2024	23.963	169.757	187.112	883.815	12.586	1.413	204.723	1.483.369
Custo histórico	24.023	467.021	531.287	2.899.648	15.813	5.778	204.723	4.148.293
Depreciação acumulada	(60)	(297.264)	(344.175)	(2.015.833)	(3.227)	(4.365)	-	(2.664.923)
Adições	-	-	-	-	-	-	91.732	91.732
Baixas	-	-	(769)	(15.452)	(39)	-	(8.763)	(25.023)
Transferências	-	27.929	28.091	49.174	4.672	796	(110.662)	796
Depreciação	(9)	(12.723)	(16.226)	(113.464)	(2.574)	(205)	-	(145.201)
Baixa de depreciação	-	-	82	9.488	39	-	-	9.609
Saldo em 31/12/2025	24.104	184.963	198.290	819.561	14.684	2.004	177.030	1.414.637
Custo histórico	24.173	494.950	558.609	2.933.370	20.445	6.574	177.030	4.215.151
Depreciação acumulada	(69)	(309.987)	(360.319)	(2.119.809)	(5.761)	(4.570)	-	(2.800.515)
Taxa média de depreciação 2025	4,53%	2,78%	4,72%	5,69%	14,29%	6,27%	-	-
Taxa média de depreciação 2024	4,53%	2,75%	4,44%	5,87%	14,29%	6,26%	-	-

	Consolidado							
	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso	Total
Saldo em 31/12/2023	139.347	905.507	563.573	4.834.884	192	2.356	879.313	7.325.172
Custo histórico	197.956	1.790.340	1.235.165	9.854.579	1.897	10.179	879.313	13.969.429
Depreciação acumulada	(58.609)	(884.833)	(671.592)	(5.019.695)	(1.705)	(7.823)	-	(6.644.257)
Adições	-	-	-	-	-	-	292.488	292.488
Baixas	-	(113)	(55.629)	(372.084)	-	(145)	(360)	(428.331)
Transferências	762	25.664	54.653	232.781	14.349	813	(319.373)	9.649
Depreciação	(3.400)	(42.444)	(36.431)	(376.166)	(1.958)	(461)	(460.860)	(868.816)
Baixa de depreciação	-	78	18.740	231.270	-	114	-	250.202
Saldo em 31/12/2024	136.709	888.692	544.906	4.550.685	12.583	2.677	852.068	6.988.320
Custo histórico	198.718	1.815.891	1.234.189	9.715.276	16.246	10.847	852.068	13.843.235
Depreciação acumulada	(62.009)	(927.199)	(689.283)	(5.164.591)	(3.663)	(8.170)	-	(6.854.915)
Adições	-	-	-	-	-	-	211.342	211.342
Baixas	-	(270)	(3.091)	(28.353)	(39)	(16)	(12.670)	(44.439)
Transferências	23.643	298.005	81.049	243.877	4.672	1.190	(652.436)	-
Depreciação	(4.772)	(44.763)	(41.847)	(395.082)	(2.569)	(439)	-	(489.472)
Baixa de depreciação	-	146	112	12.596	39	16	-	12.909
Saldo em 31/12/2025	155.580	1.141.810	581.129	4.383.723	14.686	3.428	398.304	6.678.660
Custo histórico	222.361	2.113.626	1.312.147	9.930.800	20.879	12.021	398.304	14.010.138
Depreciação acumulada	(66.781)	(971.816)	(731.018)	(5.547.077)	(6.193)	(8.593)	-	(7.331.478)
Taxa média de depreciação 2025	4,57%	3,64%	4,05%	4,44%	14,29%	6,33%	-	-
Taxa média de depreciação 2024	5,44%	3,70%	3,93%	4,58%	14,28%	6,15%	-	-

O saldo de imobilizado em curso no consolidado é de R\$ 398.304 (R\$ 852.068 em 31 de dezembro de 2024, referente, principalmente, à execução do projeto de construção da Usina PCH Cherobim, o qual entrou em operação comercial no 1T2025. Os demais saldos em curso são relacionados às operações de manutenção que ocorrem nos empreendimentos pertencentes ao grupo, decorrentes de sua atividade operacional. Os valores de depreciação estão registrados na demonstração do resultado, na linha de "Depreciação e amortização". **Teste de redução ao valor recuperável dos ativos:** Anualmente a Administração avalia eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação, em linha com o CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Tal avaliação é baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. Para os exercícios de 2025 e 2024 não houve necessidade de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos imobilizados da Companhia.

14. INTANGÍVEL

	Controladora		
	Autorização	Outros ativos intangíveis	Total
Saldo em 31/12/2023	623.053	31.648	654.701
Custo histórico	1.756.694	61.356	1.818.050
Amortização acumulada	(1.133.641)	(29.708)	(1.163.349)
Adições	-	10.240	10.240
Amortização	(64.431)	(3.723)	(68.154)
Outros ativos	(9.966)	-	(9.966)
Transferências	-	(8.037)	(8.037)
Saldo em 31/12/2024	548.656	30.128	578.784
Custo histórico	1.766.660	60.329	1.826.989
Amortização acumulada	(1.218.004)	(30.201)	(1.248.205)
Adições	-	27.564	27.564
Amortização	(64.431)	(3.861)	(68.292)
Outros ativos	(9.966)	-	(9.966)
Saldo em 31/12/2025	474.259	53.831	528.090
Custo histórico	1.766.660	87.893	1.854.553
Amortização acumulada	(1.292.401)	(34.062)	(1.326.462)

	Consolidado		
	Autorização	Outros ativos intangíveis	Total
Saldo em 31/12/2023	1.828.979	159.038	1.988.017
Custo histórico	4.032.260	168.485	4.200.745
Amortização acumulada	(2.203.281)	(9.447)	(2.212.728)
Adições	-	8.113	8.113
Amortização	(167.567)	(11.048)	(178.615)
Baixas	(4.595)	-	(4.595)
Transferências	16.490	(9.649)	6.841
Saldo em 31/12/2024	1.673.307	146.454	1.819.761
Custo histórico	4.014.624	166.949	4.181.573
Amortização acumulada	(2.341.317)	(20.495)	(2.361.812)
Adições	-	33.847	33.847
Amortização	(167.516)	(13.512)	(181.027)
Outros ativos	(12.418)	(690)	(13.108)
Saldo em 31/12/2025	1.493.373	166.099	1.659.472
Custo histórico	4.037.544	200.106	4.237.650
Amortização acumulada	(2.544.171)	(34.007)	(2.578.177)

No consolidado, os valores de amortização estão registrados como segue: (i) "depreciação e amortização de intangível de concessão" para a amortização do ativo intangível adquirido em combinação de negócios, Uso do Bem Público e (ii) "depreciação e amortização" para a amortização de outros ativos intangíveis.

14.1 Intangível adquirido em combinações de negócios

A composição do ativo intangível correspondente ao direito de explorar as concessões, adquirido em combinações de negócios, está demonstrado a seguir:

	Consolidado				
	31/12/2025	31/12/2024	Taxa de amortização anual	31/12/2025	31/12/2024
Intangível adquirido não incorporado					
Alto Itani	171.016	(117.404)	53.612	61.756	4,76%
Arvoredo	38.086	(25.588)	12.128	13.882	4,60%
Atlântica I	469	(173)	295	310	3,13%
Atlântica II	469	(173)	296	310	3,12%
Atlântica IV	469	(173)	296	310	3,12%
Atlântica V	469	(173)	296	310	3,12%
Baixa Verde	122	-	122	4.981	-
Barra da Paciência	82.973	(68.644)	14.328	17.909	4,32%
Bio Ester	15.874	(12.495)	3.379	4.322	5,94%
Boa Vista 2	74.049	(16.434)	57.615	59.936	3,13%
Calúvírio	264	-	264	7.823	-
Campo dos Ventos I	3.642	(1.286)	2.356	2.492	3,75%
Campo dos Ventos II	5.576	(2.111)	3.466	3.637	3,07%
Campo dos Ventos III	3.642	(1.293)	2.348	2.484	3,74%
Campo dos Ventos V	3.642	(1.286)	2.356	2.492	3,75%
Cocais Grande	29.297	(23.069)	6.227	7.784	5,31%
Corrente Grande	49.995	(41.139)	8.856	11.026	4,34%
Costa Branca	49.482	(17.844)	31.638	33.157	3,07%
Costa das Dunas	5.278	(760)	4.519	4.673	2,93%
Eólica Paracuru	242.676	(157.854)	84.822	75.669	4,13%
Eurus I	65.603	(23.397)	42.207	44.281	3,16%
Eurus III	65.603	(23.397)	42.207	44.281	3,16%
Eurus VI	1.311	(534)	777	817	3,02%
Fatol de Touros	4.060	(491)	3.570	3.687	2,90%
Figueira Branca	2.436	(344)	2.092	2.167	3,08%
Figueirópolis	6.672	(3.841)	2.831	3.170	5,09%
Gamelaíra	3.248	(420)	2.828	2.925	2,99%
Juremas	40.751	(14.733)	26.018	27.272	3,08%
Ludesa	132.073	(81.608)	50.465	57.677	5,46%
Macacos	53.384	(19.300)	34.084	35.726	3,08%
Mata Velha	25.463	(15.157)	10.306	11.898	6,25%
Morro dos Ventos I	50.926	(18.617)	32.309	33.959	3,24%
Morro dos Ventos II	3.169	(1.041)	2.128	2.227	3,12%
Morro dos Ventos III	50.926	(18.605)	32.321	33.971	3,24%
Morro dos Ventos IV	50.926	(18.605)	32.321	33.971	3,24%
Morro dos Ventos VI	53.150	(19.419)	33.732	35.454	3,24%
Morro dos Ventos IX	29.297	(23.069)	6.227	7.784	5,31%
Ninho da Águia	58.594	(40.401)	18.193	20.922	4,66%
Paiol	25.945	(10.636)	15.308	16.560	4,82%
Pedra Cheirosa I	31.050	(9.568)	21.483	22.608	3,63%
Pedra Preta	53.390	(19.253)	34.137	35.775	3,07%
Plano Alto	127.249	(87.538)	39.892	45.951	4,76%
Rosa dos Ventos	68.730	(43.658)	25.071	26.583	5,54%
Salto Góes	55.442	(26.218)	29.224	31.228	3,61%
Santa Clara I	5.229	(2.134)	3.096	3.254	3,02%
Santa Clara II	5.229	(2.129)	3.101	3.259	3,02%
Santa Clara III	5.229	(2.134)	3.096	3.254	3,02%
Santa Clara IV	5.229	(2.134)	3.096	3.254	3,02%
Santa Clara V	5.229	(2.118)	3.112	3.268	3,00%
Santa Clara VI	5.229	(2.134)	3.096	3.254	3,02%
Santa Luzia	88.167	(39.817)	48.350	51.194	3,23%
Santa Mônica	5.963	(1.982)	3.981	4.199	3,66%
Santa Ursula	5.963	(1.982)	3.981	4.199	3,66%
Santo Dimas	5.963	(1.988)	3.975	4.194	3,67%
São Benedito	5.963	(2.000)	3.963	4.181	3,66%
São Domingos	5.963	(1.930)	4.033	4.242	3,50%
São Gonçalo	32.226				

→ continuação

CPFL Energias Renováveis S.A. - CNPJ nº 08.439.659/0001-50

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

no plano de origem PPCPFL. Por esta razão, a CPFL Renováveis passou a ser patrocinadora deste plano, que se encontra fechado para novas adesões desde abril de 2020. Para os demais colaboradores, foi mantido o plano na modalidade PGBL administrado pelo Bradesco, sendo este atualmente oferecido aos novos colaboradores.

18.2 Movimentações dos planos de benefício definido

	31/12/2025	31/12/2024
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	124.158	120.010
Valor justo dos ativos do plano	(128.722)	(118.238)
Valor presente das obrigações (valor justo dos ativos) líquidos	(4.564)	1.772
Efeito no limite máximo de reconhecimento de ativo	20.626	14.291
Efeito <i>risk sharing</i> (parcela atribuída aos participantes)	(720)	(1.326)
Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço	15.342	14.737

As movimentações do valor presente das obrigações atuariais e do valor justo dos ativos do plano são como segue:

Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2023 **137.927**

Custo do serviço corrente bruto 11

Juros sobre obrigação atuarial 12.801

Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras (19.215)

Efeito *risk sharing* (Parcela atribuída aos participantes) (1.326)

Benefícios pagos do exercício (11.514)

Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2024 **118.684**

Custo do serviço corrente bruto 9

Juros sobre obrigação atuarial 13.280

Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas demográficas (81)

Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras 2.258

Efeito *risk sharing* (Parcela atribuída aos participantes) 606

Benefícios pagos do exercício (11.318)

Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2025 **123.438**

Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2023 **(115.613)**

Rendimento esperado no exercício (10.393)

Contribuições de patrocinadoras (6.955)

Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano 3.809

Benefícios pagos no exercício 11.514

Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2024 **(118.238)**

Rendimento esperado no exercício (13.640)

Contribuições de patrocinadoras (7.895)

Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano (267)

Benefícios pagos do exercício 11.318

Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2025 **(128.722)**

18.3 Movimentações dos ativos e passivos registrados: As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

Passivo atuarial líquido em 31/12/2024 **14.737**

Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado 1.338

Contribuições da patrocinadora verdadeiras do exercício (7.895)

Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas demográficas (81)

Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras 2.258

Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano (267)

Efeito *risk sharing* 606

Efeito no limite máximo de reconhecimento de ativo 4.646

Passivo atuarial líquido em 31/12/2025 **15.342**

Dívida financeira 2.523

Outras contribuições 27

Total passivo 31/12/2025 **17.892**

Circulante **5.706**

Não circulante **9.899**

Passivo atuarial líquido em 31/12/2023 **22.314**

Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado 1.819

Contribuições da patrocinadora verdadeiras do exercício (6.955)

Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras (19.215)

Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano 3.809

Efeito *risk sharing* (1.326)

Efeito no limite máximo de reconhecimento de ativo 14.291

Passivo atuarial líquido em 31/12/2024 **14.737**

Dívida financeira 3.709

Outras contribuições 27

Total passivo 31/12/2024 **18.473**

Circulante **5.706**

Não circulante **12.787**

18.4 Contratuais e benefícios esperados

Os benefícios esperados a serem pagos nos próximos 10 anos estão apresentados a seguir:

Ano pagamento **R\$ mil**

2026 13.295

2027 13.492

2028 13.681

2029 13.838

2030 a 2035 84.937

Total **139.243**

Em 31 de dezembro de 2025, a duração média da obrigação do benefício definido foi de 7,1 anos.

18.5 Receitas e despesas com entidade de previdência privada: Baseado na opinião dos auditores externos, a Administração do Grupo apresenta a estimativa atuarial para as despesas e/ou receitas a serem reconhecidas no exercício de 2026 e as despesas e/ou receitas reconhecidas em 2025 e 2024 são como segue:

	2026 estimadas	2025	2024
Custo do serviço	2	2	2
Juros sobre obrigações atuariais	13.420	13.420	13.420
Rendimento esperado dos ativos do plano	(14.459)	(14.459)	(14.459)
Efeito do limite do ativo a ser registrado	2.370	2.370	2.370
Total da despesa	1.333	1.333	1.333

	2025 realizadas	2024	2023
Custo do serviço	9	9	9
Juros sobre obrigações atuariais	13.280	13.280	13.280
Rendimento esperado dos ativos do plano (*)	(13.640)	(13.640)	(13.640)
Efeito do limite do ativo a ser registrado	1.689	1.689	1.689
Total da despesa	1.338	1.338	1.338

	2024 realizadas	2023	2022
Custo do serviço	11	11	11
Ganho decorrente de liquidação antecipada do plano	12.801	12.801	12.801
Juros sobre obrigações atuariais	(10.993)	(10.993)	(10.993)
Total da despesa	1.819	1.819	1.819

(*) No consolidado, na rubrica de Despesas (receitas) em 2025, R\$ 13.640 refere-se à perda decorrente do processo de conversão de renda atuarial vitalícia para renda financeira. Essa perda ocorre principalmente em função da diferença de metodologia de cálculo do passivo atuarial para fins de IFRS e para fins de Previc (esse último utilizado para cálculos de saldamento e liquidações antecipadas de plano), conversão é considerada uma liquidação antecipada). O percentual de adesão até 31 de dezembro de 2025 foi de aproximadamente 11%, percentual esse utilizado para fins de cálculo dos impactos da conversão, sendo a data final da adesão 31 de janeiro de 2026.

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

	31/12/2025	31/12/2024
Taxa de desconto atuarial para a obrigação atuarial	11,49% a.a.	11,82% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano	11,49% a.a.	11,82% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários	4,83% a.a.	4,49% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	3,95% a.a.	3,89% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para taxas nominais acima)	3,95% a.a.	3,89% a.a.
Tábuas biométricas de mortalidade geral	AT-2000 (-10)	AT-2000 (-10)
Tábuas biométricas de entrada em invalidez	UP-84 Modificada, suavizada em 60% Masculina	Mercer Disability, suavizada em 50% Masculina
Taxa de rotatividade esperada	ExpR 2015 a 2024	ExpR 2013 a 2021
Probabilidade de ingresso na aposentadoria	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres	Após 15 anos de filiação e 30 anos para mulheres

18.6 Ativos do plano: As tabelas abaixo demonstram a alocação (por segmento de ativo) dos ativos dos planos de pensão da Companhia, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, administrados pela Vivest e Fundação Família Previdência. Também é demonstrada a distribuição dos recursos garantidores estabelecidos como meta para 2026, obtidos à luz do cenário macroeconômico em dezembro de 2025. A composição dos ativos administrados pelos planos é como segue:

	2025	2024
Renda fixa	89%	86%
Títulos públicos federais	64%	34%
Títulos privados (instituições financeiras)	3%	0%
Títulos privados (instituições não financeiras)	1%	1%
Fundos de investimento multimercado	1%	0%
Outros investimentos de renda fixa	21%	51%
Renda variável	6%	8%
Fundos de investimento em ações	8%	8%
Investimentos estruturados	1%	2%
Fundos imobiliários	0%	1%
Fundos de investimento multimercado	1%	1%
Cotados em mercado fixo	96%	96%
Imóveis	2%	1%
Operações com participantes	1%	1%
Outros ativos	1%	1%
Depósitos judiciais e outros	1%	1%
Não cotados em mercado ativo	4%	4%

Meta para 2026

Renda fixa 96,20%

Renda variável 0,30%

Imóveis 1,40%

Emprestimos e financiamentos 1,80%

Investimentos no exterior 0,30%

Total da despesa (receita) **100,0%**

A meta de alocação para 2026 foi baseada nas recomendações de alocação de ativos da Vivest e Fundação Família Previdência, efetuada ao final de 2025 em sua Política de Investimentos. Tal meta pode mudar a qualquer momento ao longo do ano de 2026, à luz de alterações na situação macroeconômica ou do retorno dos ativos, dentre outros fatores. A gestão de ativos visa maximizar o retorno dos investimentos, mas sempre procurando minimizar os riscos de déficit atuarial. Desta forma, os investimentos são efetuados sempre tendo em mente o passivo que os mesmos devem honrar. Os dois principais estudos que dão suporte para as fundações atingirem os objetivos de gestão de investimentos são o Estudo de *Asset Liability Management* ("ALM") (Gerenciamento Conjunto de Ativos e Passivos) e o Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros, ambos realizados no mínimo uma vez por ano, levando em consideração o fluxo projetado de pagamentos de benefícios (fluxo de passivo) dos planos previdenciários administrados pelas Fundações. O estudo de ALM serve de base para a definição da alocação estratégica de ativos, que compreende as participações alvo nas classes de ativo de interesse, a partir da identificação de combinações eficientes de ativos, considerando a existência de passivos e as necessidades de retorno, de imunização e de liquidez de cada plano, considerando projeções de risco e retorno. As simulações geradas pelos estudos de ALM auxiliam na definição dos limites mínimos e máximos de alocação nas diferentes classes de ativos, definidos na Política de Investimentos dos planos, o que também serve como mecanismo de controle de risco. O Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros objetiva comprovar a adequação e aderência da taxa de juros real anual a ser adotada na avaliação atuarial dos planos e a taxa de retorno real anual projetada dos investimentos, considerando-se os fluxos de receitas e despesas projetados dos planos. Estes estudos servem de base para determinação das premissas de retorno real estimado dos investimentos dos planos previdenciários para horizontes de curto e longo prazos, bem como auxiliam na análise da liquidez deles, posto que levam em consideração o fluxo de pagamento de benefício via 3-vistos previdenciários administrados pelas Fundações. As principais premissas consideradas nos estudos são, além das projeções dos fluxos de passivo, as projeções macroeconômicas e de preço de ativos por meio das quais são obtidas estimativas das rentabilidades esperadas de curto e longo prazo, levando-se em conta as carteiras atuais dos planos de benefícios.

18.7 Análise de sensibilidade: As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são taxa de desconto e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes. Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial, conforme CPC 33/IAS 19. Abaixo temos demonstrados os efeitos no valor presente das obrigações atuariais caso a taxa de desconto fosse 0,25 pontos percentuais mais baixo (alta) e caso a tábuas de mortalidade fosse desagravada (agravada) em um ano:

	Aumento (redução) CPFL Renováveis
Taxa de desconto nominal*	- 0,25 p.p. 2.210
	+ 0,25 p.p. (2.326)
Tábuas de biométrica de mortalidade**	+ 1 ano (8.899)
	- 1 ano 2.659

* A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a taxa de desconto nominal foi de 11,49%. As taxas projetadas são atenuadas ou majoradas em 0,25 p.p., em 11,24% a.a. e 11,74% a.a.

** A premissa utilizada no laudo atuarial para a tábuas de mortalidade foi de AT-2000 (-10) para os planos da VIVEST, BREMS sb v.2015 suav. 10% MF (RGE Plano I) e AT 2000 MF (RGE Plano II), BREMS sb

v.2015 (CEEPEPREV) e AT-2000 MF (Plano Único), referente aos planos da Fundação Família Previdência. As projeções foram realizadas com agravamento ou suavização de 1 ano nas respectivas tábuas de mortalidade. **18.8 Risco de investimento:** Os planos de benefícios da Companhia possuem a maior parte de seus recursos aplicados no segmento de renda fixa e, dentro do segmento de renda fixa, a maior parte dos recursos encontra-se aplicado em títulos públicos federais, referenciados ao IGP-M, IPCA e SELIC, que são os índices de correção do passivo atuarial dos planos da Companhia (planos de benefício definido) representando a associação entre ativos e passivos. No primeiro trimestre, houve a aprovação pelo órgão fiscalizador, a Previc, da troca do indexador que reajusta os benefícios dos planos de IGP-DI para IPCA, o que possibilita melhores condições para o equilíbrio entre ativo (investimentos) e passivo (pagamento de benefícios). Na VIVEST os planos de benefícios da Companhia têm sua gestão monitorada pelo Comitê Gestor de Investimentos e Previdência da Companhia, bem como pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo, além dos órgãos de fiscalização como Conselho Fiscal e auditorias interna e externas. Dentre as tarefas do referido Comitê, está a análise e aprovação das políticas de investimentos, do plano de aplicação do patrimônio dos planos e da gestão previdenciária dos planos. Os resultados dos investimentos são acompanhados pela Diretoria de Investimentos e Patrimônio e apresentados periodicamente ao Comitê de Investimentos, ao Comitê Gestor e ao Conselho Deliberativo. Na Fundação Família Previdência, os planos de benefícios da Companhia têm sua gestão monitorada pela Gerência de Investimentos, Comitê Consultivo de Investimentos, Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, além dos órgãos de fiscalização como Conselho Fiscal e auditorias externas e internas. Dentre as tarefas do Comitê Consultivo de Investimentos, está a análise, manutenção, repropoção e aprovação de recomendações de investimentos realizadas pelos gestores de investimentos da Fundação Família Previdência, o que ocorre ao menos mensalmente. A Fundação Família Previdência realizou os seguintes movimentos ao longo do ano de 2025: a) aquisição de títulos públicos na curva; e b) redução na exposição do Segmento de Renda Variável. Na VIVEST, o "Apetite" aos riscos de investimentos está formalizado na Política de Gestão de Riscos Corporativos, aprovada pelo Conselho Deliberativo da Entidade, sendo que referido "Apetite" aos riscos de investimentos é desdobrado para as áreas de investimentos na forma de "tolerâncias" a riscos de investimentos, que são limites de riscos aprovados pela Diretoria Executiva e controlados pela Gerência Executiva GRC, área que responde diretamente ao Diretor Presidente da Vivest. A VIVEST e a Fundação Família Previdência utilizam parâmetro de controle do risco de mercado dos segmentos de Renda Fixa e Renda Variável, as seguintes ferramentas: Valor em Risco ("VaR"), *Tracking Risk*, *Tracking Error* e Teste de Perda em Cenário de Estresse ("Stress Test"). A Fundação Família Previdência utiliza ainda, o Sharpe, Sharpe Generalizado e *Drawn Down*. Adicionalmente, para avaliar a exposição ao risco de mercado dos portfólios dos planos. As Políticas de Investimentos das fundações determinam restrições adicionais que, em conjunto com aquelas já expressas na legislação, definem os percentuais de diversificação para

20.1 Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais

	2025		2024		2025		2024	
	Provisões	Depósitos judiciais	Provisões	Depósitos judiciais	Provisões	Depósitos judiciais	Provisões	Depósitos judiciais
Trabalhistas	7.110	747	6.937	742	8.053	940	8.246	1.027
Cíveis	1.120	133	121	-	40.564	3.654	36.767	3.523
Fiscais	3.128	11.516	2.990	2.211	4.168	22.781	6.481	14.806
Total	11.358	12.396	10.048	2.953	52.785	27.375	51.494	19.356

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas está demonstrada a seguir:

	2025				2024				
	Saldo em 31/12/2023	Adições	Reversões	Pagamentos	Saldo em 31/12/2024	Adições	Reversões	Pagamentos	Saldo em 31/12/2025
Trabalhistas	107	353	(524)	(257)	297	6.937	75	(163)	7.110
Cíveis	1.120	121	-	13.540	14.781	121	(107)	(12.657)	22.110
Fiscais	1.400	3.164	(1.455)	(245)	126	2.990	46	(1.010)	235
Total	8.575	3.531	(1.979)	(502)	423	10.048	14.528	(167)	11.358

As provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia. O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios, processos judiciais e autos de infração é como segue:

Trabalhistas - As principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações de ex-funcionários das prestadoras de serviços terceirizadas. **Cíveis -** Referem-se, principalmente, a indenizações decorrentes de desapropriação de terras ou servidão de passagem, procedimentos arbitrais, e indenizações por perdas em razão de descumprimento de cláusulas contratuais e a pleitos de indenizações relacionados a acidentes ocorridos na rede elétrica da Companhia, danos a consumidores, acidentes com veículos, entre outros. **Fiscais -** Refere-se a processos existentes nas esferas judicial e administrativa decorrente da operação dos negócios das controladas, relacionados a assuntos fiscais envolvendo IPI, IRPJ, FGTS, SAT e PIS e COFINS e Imposto Sobre Bens (ISB) e cobrança abusiva para emissão/renovação de alvará de funcionamento. **Perdas possíveis:** A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência na decisão por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas. As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 estavam assim representadas:

	Consolidado	
	2025	2024
Trabalhistas	6.057	6.690
Cíveis	207.233	585.746
Fiscais	1.282.669	1.135.858
Fiscais - Outros	1.235.281	1.252.295
Regulatório	-	4.922
Total	2.733.240	2.965.533

Além dos processos contemplados no quadro acima, a Companhia está inserido em discussões judiciais, classificadas com risco possível de perda, relacionadas à ação ordinária movida pela ABRAGEL (a qual as controladas da CPFL Renováveis são associadas), em face da União Federal, contra a revisão extraordinária de garantia física suspensa por força da portaria MME nº 267/2015 (nota 21) no valor de R\$ 193.505. Em caso de eventuais decisões desfavoráveis nestas ações, os impactos esperados para as controladas da Companhia se darão, nos cenários atuais, por meio de ajustes nos valores liquidados no âmbito da CCEE. **Trabalhistas -** No tocante às contingências trabalhistas o Supremo Tribunal Federal reafirmou em dezembro a aplicação do IPCA-E para os débitos na fase pré-processual e a SELIC para após o ajuizamento das ações, mantendo modulação dos efeitos da decisão, conforme andamento processual, respaldando os pagamentos já realizados com a atualização pela TR. A Administração da Companhia esclarece que realiza a liquidação individualizada dos casos trabalhistas, nos termos das respectivas decisões e não identificou em análise preliminar alteração material. Assim, a Companhia permanece acompanhando a aplicação das decisões do STF aos seus casos até que sobrevenha solução legislativa para alteração da TR. **Cíveis -** Referem-se, principalmente, a indenizações decorrentes de desapropriação de terras ou servidão de passagem, procedimentos arbitrais, e indenizações por perdas em razão de descumprimento de cláusulas contratuais. Em 2014, as controladas CPFL Bio Pedra, CPFL Bio Buri e CPFL Renováveis receberam requerimento de arbitragem do Grupo Pedra com pedido de indenização decorrente de alegado descumprimento de obrigações de contrato de constituição de consórcio firmado entre as partes. Em março de 2023, foi proferida sentença arbitral final desfavorável às controladas, que as condenou a pagar a indenização requerida pelo Grupo Pedra. Em junho de 2023, após o acatamento da ação anulatória da sentença arbitral final para contestar o valor da indenização, fixado no montante de R\$ 456 milhões (atualizado até 05/23). Em novembro de 2023, foi proferida sentença que julgou procedente a ação para anular a sentença arbitral, em favor das controladas. O Grupo Pedra interpôs apelação. Em setembro de 2024, as partes requereram a suspensão do processo em virtude das tratativas iniciadas pelas partes para encerrar o litígio, o que foi deferido pelo Poder Judiciário. A CPFL e o Grupo Pedra celebraram acordo por fim ao litígio, que prevê, dentre outras obrigações, o encerramento antecipado dos Consórcios Usina da Pedra. Em novembro de 2024, a ANEEL autorizou a transferência das outorgas das usinas termelétricas Bio Pedra, Bio Buri e Bio Ipê, detidas, respectivamente, pela CPFL Bio Pedra, CPFL Bio Buri e CPFL Bio Ipê para o Grupo Pedra. Em dezembro de 2024 todas as condições precedentes foram atendidas. Fez parte do acordo, além da finalização da discussão judicial: i) transferência dos ativos físicos dessas usinas para o Grupo Pedra em R\$136.082; ii) pagamento em caixa no valor de R\$139.638; iii) finalização de todos os contratos envolvendo o grupo CPFL (CPFL Bio Buri, CPFL Bio Pedra, CPFL Bio Ipê e CPFL Brasil). Ainda por conta desse acordo, houve reversão da provisão na conta CPFL Bio Buri em valor de R\$75.049. Diante disso, o acordo foi homologado pelo Poder Judiciário em janeiro de 2025 para extinguir a ação anulatória e encerrar o litígio entre as partes. **Fiscais e Fiscais Outros -** Refere-se à cobrança de tributos, tais como: Imposto Sobre Serviços (ISS); quando da implantação dos Parques Eólicos, no montante atualizado de R\$ 755.235. Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF). Em agosto de 2016, a controlada CPFL Renováveis recebeu auto de infração referente à cobrança de IRRF sobre remuneração do ganho de capital incorrido pelos residentes e/ou domiciliados no exterior, decorrente da transação de venda da Jantus SL, ocorrida em dezembro de 2011, o qual a Administração da Companhia, suportada por seus consultores jurídicos externos, classificou o prognóstico de risco de perda do processo como possível. Em junho de 2023, houve decisão parcialmente favorável, culminando na redução de 53% do valor do auto de infração. Apresentado recurso cabível pela controlada, em novembro de 2025, tornou-se definitiva decisão a desfavorável tomada por voto de qualidade, o que autoriza a exclusão da multa, remanescente débito no montante de R\$ 139.291 (imposto e juros), atualizado até 31 de dezembro de 2025 em janeiro de 2026 e a Companhia efetuou a quitação integral do débito de IRRF no valor de R\$ 60.950 (imposto), com os benefícios estabelecidos pela Lei 14.899/2003, que prevê a exclusão dos juros e das multas para o adimplemento do débito no prazo de 90 dias contados da decisão definitiva tomada por voto de qualidade. Imposto de Renda de Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (IRPJ e CSLL): A partir de setembro de 2020, em decorrência da cisão parcial da CPFL Geração, com a consequente incorporação parcial de seus ativos pela CPFL Renováveis, os processos da Companhia Geração foram migrados para a CPFL Renováveis. Em 2016, a controladora CPFL Geração recebeu um auto de infração no montante total atualizado de R\$ 504.722 relativo à cobrança de IRPJ e CSLL relativo ao ano-calandário 2011, apurado sobre suposto ganho de capital identificado na aquisição da ERSa Energias Renováveis S.A. e de apropriação de diferenças da reavaliação a valor justo da SMITA Empreendimentos e Participações S.A., empresa adquirida de forma reversa, o qual a Administração da Companhia, suportada por seus consultores jurídicos externos, classificou o prognóstico de risco de perda como possível. Imposto de Renda de Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (IRPJ e CSLL): A partir de setembro de 2020, em decorrência da cisão parcial da CPFL Geração, com a consequente incorporação parcial de seus ativos pela CPFL Renováveis, os processos da Companhia Geração foram migrados para a CPFL Renováveis. Em 2020, a companhia recebeu um auto de infração no montante atualizado de R\$ 394.479 relativos à cobrança de IRPJ e CSLL relativo aos anos-base 2007 a 2010. As exigências fiscais em questão dizem respeito a i) amortização do ágio pago na aquisição da SEMESA; ii) amortização do ágio de Campos Novos e Barra Grande, na determinação da base de cálculo da CSLL, antes da incorporação dessas empresas; e iii) compensação indevida dos saldos de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL, em virtude de sua utilização em autuações anteriores. Programa de Integração Social e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (PIS e COFINS): A partir de setembro de 2020, em decorrência da cisão parcial da CPFL Geração, com a consequente incorporação parcial de seus ativos pela CPFL Renováveis, os processos da Companhia Geração foram migrados para a CPFL Renováveis. Em 2011, a Companhia recebeu um auto de infração para a cobrança da diferença dos valores recolhidos a título de PIS e COFINS, do período de abril de 2007 a dezembro de 2010, no montante atualizado de R\$ 473.095. A Companhia recolheu os tributos nos termos instituídos pela Lei nº 9.718/98 (regime cumulativo) e no entender da fiscalização deveria ter recolhido as aludidas contribuições nos termos instituídos pelas Leis nº 10.833 e 10.637, em virtude das alterações trazidas pela Instrução Normativa nº 468/2004. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes contingenciados refletem a melhor estimativa corrente. **2.02 Provisão para custos socioambientais e desmobilização de ativos:** Referem-se principalmente a provisões relacionadas a licenças socioambientais decorrentes de eventos já ocorridos e obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento de terrenos onde estão localizados os empreendimentos eólicos. Tais custos são provisionados em contrapartida ao ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. As provisões de desmobilização são feitas com base em estimativas e premissas relacionadas às taxas de desconto e ao custo esperado para a desmobilização e remoção ao fim do prazo de autorização dessas usinas. Enquanto as provisões socioambientais são estimativas atreladas às obrigações legais, com o intuito de mitigar, minimizar e/ou compensar o impacto ocorrido ao meio ambiente no entorno da região onde foi construído o empreendimento. Estes custos podem divergir do que vierem a ser incorridos pela Companhia. A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi 14,24% (10,54% em 31 de dezembro de 2024) para as provisões de desmobilização e 14,98% (10,62% em 31 de dezembro de 2024) para as provisões socioambientais, baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações. A movimentação das provisões de desmobilização de ativos e custos socioambientais está demonstrada a seguir:

→ continuação

CPFL Energias Renováveis S.A. - CNPJ nº 08.439.659/0001-50

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Receita de operações com energia elétrica (em GWh)

Fonte de Energia

Hidrelétrica	3.548	2.529	2.731	2.529
Biomassa	–	–	76	806
Eólica	1.691	715	3.115	3.257
Pequenas centrais hidrelétricas	46	34	2.039	1.853
Solar	–	–	–	2
Suprimento de energia elétrica	5.285	3.278	7.961	8.447

26. CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

Custos com energia elétrica

Energia comprada para revenda
Crédito de PIS e COFINS

Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição
Crédito de PIS e COFINS

Total dos custos com energia elétrica

Energia comprada para revenda (em GWh)

Total dos custos com energia elétrica

27. OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Custo com operação	2025	2024	2025	2024
Despesas Operacionais				
Despesas administrativas				
Outros				
Total	2025	2024	2025	2024
Pessoal	(30.270)	(19.403)	(32.585)	(59.563)
Entidade de previdência privada	(1.338)	(1.819)	–	–
Material	(14.310)	(14.215)	(1.551)	(1.944)
Serviços de terceiros	(22.015)	(21.988)	(14.732)	(23.856)
Outros	(7.207)	(8.086)	(32.471)	(8.444)
Arrendamentos e aluguéis	(2.986)	(3.758)	–	–
Publicidade e propaganda	(17)	(12)	(3.211)	(2.572)
Legais, judiciais e indenizações	–	–	(14.426)	(3.344)
Perda na alienação, desativação de ativos	–	–	–	–
Outros	(4.204)	(4.316)	(14.834)	(2.528)
Total	(75.141)	(65.511)	(81.338)	(93.807)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Custo com operação	2025	2024	2025	2024
Despesas Operacionais				
Despesas administrativas				
Outros				
Total	2025	2024	2025	2024
Pessoal	(72.040)	(63.996)	(79.340)	(76.247)
Entidade de previdência privada	(1.338)	(1.819)	–	–
Material	(32.151)	(31.684)	(5.455)	(4.416)
Serviços de terceiros	(151.384)	(182.295)	(91.950)	(94.447)
Outros	(48.978)	(66.107)	(60.362)	(63.627)
Arrendamentos e aluguéis	(24.106)	(31.189)	–	–
Publicidade e propaganda	(17)	(12)	(3.211)	(2.631)
Legais, judiciais e indenizações	–	–	(16.422)	(51.112)
Perda na alienação, desativação de ativos	–	–	–	–
Amortização de prêmio pago (GSF)	–	–	–	–
Outros	(24.856)	(27.115)	(40.729)	(9.884)
Total	(305.891)	(345.901)	(237.106)	(238.737)

28. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receltas				
Feridas de aplicações financeiras	33.557	11.848	128.778	78.469
Atualizações monetárias, cambial, juros e multas PIS e COFINS sobre outras receitas financeiras	7.760	37.945	19.533	72.541
Outros	(2.239)	(2.322)	(3.077)	(3.783)
Total	4.957	140	21.624	173.433
Despesas				
Encargos de dívidas	(62.762)	(59.097)	(80.247)	(78.281)
Atualizações monetárias e cambiais	(40.976)	(14.982)	(45.427)	(13.883)
Juros sobre contratos de mútuo	(263.767)	(264.571)	(281.798)	(266.233)
Atualização de débitos fiscais	(317)	(1.009)	(634)	(2.375)
Ajuste a valor presente	(3.333)	(4.988)	(13.436)	(15.756)
Comissões, encargos e tarifas bancárias	(2.138)	(1.778)	(8.804)	(5.767)
Outros	(2.811)	(10.775)	(31.248)	(29.543)
Total	(332.069)	(309.589)	(294.334)	(247.468)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Resultado financeiro				
29. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS				
A Companhia possui como controlador indireto a CPFL Geração de Energia S.A. ("CPFL Geração") com 49% das ações e como controlador direto a CPFL Energia com 51% das ações, que detém 100% do capital social da CPFL Geração, e possui as seguintes empresas como acionistas controladores: • State Grid Brazil Power Participações S.A. ("SGBP"): Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético. • ESC Energia S.A.: Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A. As participações diretas e indiretas em controladas operacionais estão descritas na nota 1. Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores, controladas e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influência significativa sobre a Companhia e de suas controladas. As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir: a) Alocação de despesas - Refere-se a (i) ramos de despesas de mão de obra e fiança bancária, incluindo despesas financeiras de 2,7% sobre o saldo devedor de dois instrumentos de debêntures da Companhia com sua controladora CPFL Energia; e (ii) ramos de despesas entre as controladas da Companhia. b) Mútuos - Refere-se a (i) mútuos entre a CPFL Renováveis e suas controladas, com vencimento até agosto de 2038, para fazer frente às necessidades de caixa, cujos contratos são remunerados a 97,7% do CDI; e (ii) o saldo de mútuo passivo no consolidado, no montante de R\$ 1.488.706, refere-se substancialmente ao mútuo entre a CPFL Renováveis e a controladora SGBP, com vencimento até junho de 2024 e remunerado a CDI + 1,1%.				

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ativo				
Mútuos com controladas e coligadas				
SPE Bio Alvorada	–	–	–	16.945
Total não circulante				19.945

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Passivo				
Mútuos com controladas e coligadas				
State Grid Power Participações	1.356.274	2.104.917	1.356.274	2.104.917
CPFL Energia	–	–	7.413	7.563
Atlântica V Parque Eólico	78.014	–	125.019	115.809
Total	1.434.288	2.104.917	1.488.706	2.228.289
Total circulante	79.192	–	133.610	123.372
Total não circulante	1.355.096	2.104.917	1.355.096	2.104.917

c) Compra e venda de energia e encargos - Refere-se basicamente à compra e venda de energia, através de contratos de curto ou longo prazo. Estas transações, quando realizadas no mercado regulado, tem seus preços definidos através de mecanismos estabelecidos pelo Poder Concedente.

d) Adiantamentos - Referem-se, substancialmente, aos adiantamentos de clientes relativos ao recebimento antecipado, sem que tenha ocorrido ainda o fornecimento de energia ou serviço, referente a contratos de Proinfra, comercialização de energia no ambiente regulado e contratos de energia de reserva.

e) Imobilizado, materiais e prestação de serviços - Referem-se principalmente a serviços prestados de assessoria e gestão de usinas, consultoria e engenharia. A Companhia possui um "Comitê de Partes Relacionadas", formado por dois membros independentes e um executivo da Companhia, que avalia as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas. A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas. A remuneração total do pessoal-chave da administração em 2025, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 642/2010 e CPC 05 (R1) foi de R\$ 6.524 (R\$ 5.753 em 2024), referente a benefícios de curto prazo, e refere-se ao valor registrado pelo regime de competência. As transações com as entidades sob controle comum referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos pelas controladas da Companhia e pagos a subsidiárias diretas ou indiretas da State Grid Corporation of China. **Transações envolvendo acionistas controladores, entidades sob o controle comum ou influência significativa e empreendimentos controlados em conjunto são como segue:**

	Ativo		Passivo		Receita		Despesas/Custo	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Empresas								
Alocação de despesas entre empresas								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	3.724	3.825	1.057	1.230	–	–	(25.137)	(32.655)
Adiantamentos								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	–	–	19.688	14.496	–	–	–	–
Compra e venda de energia e encargos								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	83.379	76.396	2.155	–	1.009.959	1.036.640	–	–
Entidades sob o controle comum	–	–	–	–	–	–	(8.788)	(2.125)
Imobilizado, materiais e prestação de serviços								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	15.482	39.435	610	3.006	–	–	(16.264)	(27.196)
Contrato de mútuo								
State Grid Brazil	–	–	1.356.274	2.104.917	–	–	(313.373)	(264.339)
Entidades sob o controle da CPFL Energia	–	–	132.432	123.372	–	–	(13.125)	(11.092)
Outras operações								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	–	–	–	–	–	–	(3)	–

30. SEGUROS

As controladas mantêm contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. No consolidado as principais coberturas de seguros são:

Descrição	Ramos da apólice*		2025		2024	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Ativo Fixo						
Transporte						
Responsabilidade civil						
Pessoas						
Garantia						
Outros						
Total						
Riscos operacionais, lucros cessantes, riscos nomeados, riscos de engenharia e multirrisco			1.300.000	1.676.000		
Transporte nacional			65.235	84.422		
Distribuidoras de energia elétrica			159.734	150.736		
Vidas em grupo e acidentes pessoais			182.420	175.831		
Seguro garantia			558.775	982.653		
Responsabilidade civil dos administradores e outros			161.000	150.000		
Total			2.427.164	3.199.542		

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

Para o seguro de responsabilidade civil dos administradores, a importância segurada é compartilhada entre as empresas da Companhia. O prêmio é pago individualmente por cada empresa envolvida, sendo o faturamento base de critério do rateio.

31. GESTÃO DE RISCOS

Os negócios da Companhia compreendem, principalmente geração de energia elétrica de fontes renováveis. Como concessionárias de serviços públicos, as atividades de algumas controladas são reguladas pela ANEEL. **Estrutura do gerenciamento de risco:** Na Companhia, a gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Fiscal, Comitês de Assessoramento do Conselho da Administração da CPFL Energia, Diretoria Executiva da CPFL Renováveis, Diretoria de Auditoria, Riscos, Compliance e Data Protect Officer (DPO), bem como áreas de negócio. Essa estrutura é regulamentada pela Política de Gestão Corporativa de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos. Compete ao Conselho de Administração da CPFL Energia: • Orientar a condução dos negócios, observando, dentre outros, o monitoramento dos riscos empresariais exercido através do modelo de gerenciamento corporativo de risco adotado pela Companhia; • Observar as responsabilidades previstas no Regimento Interno do Conselho de Administração; • Zelar para que a Diretoria possua mecanismos e controles internos para conhecer e avaliar os Riscos; • Deliberar sobre as propostas de alteração no Mapa Corporativo de Riscos encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia; • Deliberar sobre as propostas de indicadores de risco e metodologias de limite ou limites de risco encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia, além de conhecer as exposições e planos de mitigação apresentados em caso de eventual ultrapassagem dos limites de risco propostos; e • Tomar conhecimento e acompanhar eventuais importantes fragilidades de controles e/ou processos, assim como falhas de aderência regulatória relevantes acompanhando planos propostos pela Diretoria Executiva da CPFL Renováveis para saná-los. **Cabe ao(s) Comitê(s) de Assessoramento do Conselho de Administração:** • Observar as responsabilidades previstas no Regimento Interno dos Comitês de Assessoramento; • Acompanhar o andamento das ações de mitigação sinalizadas para reequilíbrio das exposições aos limites de risco aprovados; • Orientar os trabalhos de Auditoria Interna e elaboração de propostas de aprimoramento; e • Tomar conhecimento: (i) dos modelos de monitoramento dos riscos; (ii) das exposições aos riscos; e (iii) dos níveis de controle (incluindo sua eficácia), apoiando o Conselho de Administração no desempenho do seu papel estatutário relativo à gestão de riscos. **À Diretoria Executiva cabe:** • Recomendar indicadores de risco e metodologias de limite ou limites de risco ao Conselho de Administração da CPFL Energia para deliberação; • Observar os limites de riscos definidos, devendo tomar as medidas necessárias para evitar que a exposição aos riscos exceda tais limites e reportar eventuais ultrapassagens ao Conselho de Administração da CPFL Energia, apresentando ações de mitigação; • Recomendar alterações no Mapa Corporativo de Riscos ao Conselho de Administração da CPFL Energia para deliberação; • Avaliar, pelo menos anualmente, a eficácia da Política de Gestão de Riscos e dos sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos, bem como do programa de integridade/conformidade (compliance) e prestar contas ao conselho de administração sobre essa avaliação; • Submeter ao Conselho de Administração da CPFL Energia assuntos que julgar pertinentes para o efetivo monitoramento dos riscos corporativos. **A Diretoria de Auditoria, Riscos, Compliance e DPO é responsável por:** • Coordenar o processo de avaliação de riscos corporativos, desenvolvendo e mantendo atualizadas as metodologias de Gestão Corporativa de Riscos; • Identificar e documentar os riscos aos quais as empresas do Grupo CPFL estão expostas; • Desenvolver, em conjunto com os gestores dos negócios, modelos e/ou indicadores para monitoramento dos riscos, critérios de classificação e propostas de limite; • Monitorar periodicamente as exposições aos riscos e acompanhar a implantação das ações de mitigação pelos gestores dos negócios; • Acompanhar a apresentação do modelo de risco e a justificativa pela ultrapassagem de limite para a Diretoria Executiva da CPFL Energia; • Acompanhar e reportar status dos planos de mitigação sinalizados para reequilíbrio das exposições aos limites aprovados; e • Avaliar o ambiente de controle interno das empresas do Grupo CPFL e participar com os respectivos gestores dos negócios buscando a definição de planos de ação no caso de deficiências identificadas. As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão. Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem: **Risco de taxa de câmbio:** Esse risco decorre de a possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira ou reduzindo parcela de receita decorrente da correção anual de parte da tarifa baseada na variação do dólar. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está coberta por operações financeiras de swap. A quantificação destes riscos está apresentada na nota 32. **Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação:** Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A quantificação deste risco está apresentada na nota 32. **Risco de crédito:** O risco surge da possibilidade de as controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. No segmento de geração existem contratos no ambiente regulado (ACR) e bilaterais que preveem a apresentação de Contratos de Constituição de Garantias. **Risco quanto à escassez de energia hídrica:** Este risco está associado a venda de energia produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001. Em 2025, observou-se uma hidrologia desfavorável pelo 2º ano consecutivo, registrando 78% da média de longo termo e constituindo o 8º pior no histórico de 95 anos. As regiões mais impactadas foram SE/CO e NE, contendo, devido a ações operativas e de planejamento advindas do Plano de Recuperação dos Reservatórios de Regularização de Usinas Hidrelétricas do País - PRR (Art. 30 da Lei nº 14.182, de 2021) foi possível preservar os recursos hídricos e iniciar 2026 com cerca de 46% da

capacidade armazenável no Sistema Interligado Nacional. Apesar disso, o ONS tem alertado para riscos pontuais de atendimento eletroenergético, agravado pela elevada participação de fontes renováveis na matriz nacional (40%), perspectiva de hidrológia adversa no verão de 2026 (abaixo de 80%) e atraso no leilão de reserva de capacidade. **Risco de aceleração de dívidas:** A Companhia possui controladas de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento. **Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros:** A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos. As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa. **Controles para gerenciamento dos riscos:** Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia possui uma assessoria financeira contratada para realizar e reportar o cálculo do *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, além de se utilizar do sistema de software Bloomberg para auxílio deste processo, avaliando os riscos aos quais a Companhia está exposta. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia e suas controladas suportados por estas ferramentas têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia não realiza transações envolvendo derivativos especulativos.

32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente materialmente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

	Nota explicativa	Categoria mensuração	Nível (*)	Controladora		Consolidado	
				2025	2024	2025	2024
Ativo							
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 2	52.586	52.586	414.259	414.259
Títulos e valores mobiliários	6	(a)	Nível 1	19.623	19.623	398.777	398.777
Derivativos		(a)	Nível 2	39.232	39.232	39.232	39.232
Total				111.441	111.441	852.268	852.268
Passivo							
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (**)	16	(b)	Nível 2	359.020	360.502	605.633	609.771
Debêntures - principal e encargos (***)	17	(b)	Nível 2	817.913			

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
 Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

34. COMPROMISSOS						35. FATOS RELEVANTES					
Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo para compra de energia e para projetos para construção de usinas, em 31 de dezembro de 2025, são como segue:											
Obrigações contratuais		Menos de 1 ano	1 - 3 anos	4 - 5 anos	Mais de 5 anos	Total					
Encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão	22 anos	162.212	372.455	408.499	7.427.364	8.370.530					
Prêmio de risco - Repactuação do risco hidrológico	22 anos	15.921	33.927	36.349	372.062	458.260					
Projetos de construção de usina	14 anos	11.988	23.771	23.771	47.542	107.072					
Fornecedores de materiais e serviços	7 anos	76.466	119.343	108.404	77.397	381.608					
Total		266.586	549.496	577.023	7.924.365	9.317.470					

Conselho de Administração			
VITOR FAGALI DE SOUZA Presidente	FUTAO HUANG	XINJIAN CHEN Conselheiros	BRUNO AUGUSTO PEREIRA ROVEA

Contabilidade				
RICARDO FERNANDO FERREIRA Gerente Financeiro Sênior - CRC 1SP321353/O-4				
Diretoria				
XINJIAN CHEN Diretor Presidente	KEDI WANG Diretora Executiva Financeira e de Relações com Investidores	YI LI Diretor Executivo	RODOLFO COLI DA CUNHA Diretor de Regulatório e Gestão de Energia	FLÁVIO HENRIQUE RIBEIRO Diretor Executivo Administrativo
KAIHANG ZHANG Diretor Executivo	BANGHONG TAN Diretora Executiva Assistente	EDUARDO JONAS DE MIRANDA Diretor Comercial	MARIA ELISA NOVAES DELGADO Diretora de Operação e Manutenção	AUGUSTO CEZAR MILLEO GREGATTI Diretor de Engenharia

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
 CPFL Energias Renováveis S.A.

Opinião
 Examinamos as demonstrações financeiras individuais da CPFL Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião
 Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria
 Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA
Ressarcimento de energia (Nota 3.11 e Nota 21)
 De acordo com contrato firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), as controladas assumem obrigação de desempenho consistente na entrega de quantidade determinada de energia elétrica ao longo do prazo contratual, quando o volume de energia efetivamente entregue seja inferior ao montante contratado. Nos casos em que existe obrigação presente, legal ou contratual, resultante de evento passado, e a liquidação seja considerada provável, a administração contabiliza uma provisão para ressarcimento. Em 31 de dezembro de 2025, o valor da provisão monta a R\$ 1.117.501 mil. A definição do valor da provisão para ressarcimento é complexa devido ao alto volume de contratos firmados pela Companhia e suas controladas. Consideramos essa área como foco de nossa auditoria em virtude do volume de contratos e sua relevância para as demonstrações financeiras.

Outros assuntos - Demonstrações do Valor Adicionado
 As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor
 A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da

Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.
Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas
 A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas
 Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
 • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
 • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
 • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
 • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
 • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
 • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.
 Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 04 de março de 2026

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
 CRC 2SP027613/F-1

Lia Marcela Rusinque Fonseca
 Contadora CRC 1SP291166/O-4